

**COMUNIDADES RIBEIRINHAS DE
TABATINGA - AM SEM ACESSO À ÁGUA
POTÁVEL, ALIMENTAÇÃO E CONDIÇÕES DE
PESCA DEVIDO À ESTIAGEM EXTREMA DOS
RIOS DA REGIÃO**





Dalton Francisco de Araujo - *Doutor em Biometria e Estatística Aplicada (2019), mestre em Informática Aplicada (2014), especialista em Metodologia do Ensino da Matemática (2012), e Licenciado em Matemática (2010). Servidor público desde 2006, ocupa o cargo efetivo de Técnico em Assuntos Educacionais (Nível Superior) vinculado à Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Desde 2022 está em exercício no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), onde atualmente é Coordenador de Supervisão e Acompanhamento de Superintendências da Secretaria do Patrimônio da União (SPU/MGI).*



Danielle Cristina Rodrigues Marques - *Possui graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Paraíba-UFPA (2011). Especialista em Contabilidade Pública e Responsabilidade Fiscal pelo Centro Universitário Internacional - Uninter (2015). Mestrado em Gestão Pública pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN (2018). É servidora pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), desde o ano de 2014, exercendo o cargo de contadora. Atualmente é a contadora responsável do IFPB-Campus Princesa Isabel. Tem experiência na área de gestão pública, com ênfase na contabilidade, finanças e orçamento público.*



Flavio Vasconcelos Andrade - *Analista Técnico da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP desde 2010, atualmente na Chefia da Assessoria de Comunicação da Autarquia, compôs a equipe que estruturou a área de comunicação, até chegar ao cargo de gestor da unidade. Além disso, já ocupou as funções de Assessor Técnico do Superintendente e de Coordenador de Relações Institucionais, quando administrava as ações de educação financeira do órgão. Graduado em Comunicação Social, possui pós-graduação em Comunicação Organizacional Integrada pela ESPM e é pós-graduando, na Escola de Negócios e Seguros, em Regulação de Seguros, Saúde Suplementar e Finanças.*



Gustavo Henrique Araruna Campos - *Possui graduação em Relações Internacionais, apaixonado por história, especialista em Gestão Pública pela ENAP, e há mais de 14 anos atua como servidor de carreira do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). No contexto das políticas públicas, sempre trabalhou com o setor produtivo (indústria de defesa, construção naval, petróleo e gás, intensivos em mão de obra, como vestuário, calçados, madeira e móveis, construção civil, complexo produtivo de alimentos e bebidas). No entanto, se encontrou mesmo em políticas públicas que se conectam com o propósito de melhorar o bem-estar da população.*



Jaqueline de Souza Cardoso Alecrim - Mestre em Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Especialista em Gerência Financeira Empresarial pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Bacharel em Administração pela mesma instituição. Atualmente é Coordenadora de Licitações e Contratos na Fundação CAPES, com sólidos conhecimentos nos processos de compras governamentais. Experiência na área de Administração Geral e Pública, com ênfase em compras, licitações públicas nacionais e internacionais, contratos públicos, negociação, gestão de projetos e planejamento logístico. Além disso, já atuou como facilitadora de conhecimento (docência). Atualmente, desenvolve atividades nas seguintes áreas: planejamento, coordenação, negociação, gerenciamento das atividades de contratações e serviços, formalização de contratos e gerenciamento de equipes.



Jéssica Maiara Rodrigues Martins - Possui graduação em Ciência Política pela Universidade de Brasília (2011), mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional pela Universidade de Brasília (2015), na linha de Desenvolvimento e Políticas Públicas, e Especialização em Planejamento e Estratégias de Desenvolvimento, pela Escola de Administração Pública (Enap). Trabalhou, entre 2012 e 2013, como pesquisadora no Núcleo de Pesquisa e Projetos do Observatório de Oportunidades de Inclusão Socioprodutiva e Trabalho, fruto de uma parceria entre Secretaria de Educação do Distrito Federal e a Universidade de Brasília. Desde setembro de 2014 exerce o cargo de Analista Técnica de Políticas Sociais no serviço público federal. Entre setembro de 2014 e julho de 2017, trabalhou junto ao Gabinete da Secretaria Nacional de Economia Solidária, sendo responsável por atividades de planejamento e monitoramento de políticas públicas de fomento à economia solidária, além de gestão e acompanhamento de convênios. De 2017 a 2019 trabalhou na Coordenação-Geral de Agroecologia e Produção Sustentável, desempenhando atividades de planejamento, acompanhamento e monitoramento de políticas públicas voltadas ao fomento da produção agroecológica, com foco na agricultura familiar e produção sustentável. Atualmente trabalha na Escola Nacional de Gestão Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (ENAGRO/SGP/SE/MAPA). Nesta, ocupou o cargo de Assistente Intermediária (2019), Chefe do Serviço de Planejamento e Desenvolvimento de Competências (2020), Chefe de Divisão Substituta de Inovação Institucional, Gestão por Competências e do Conhecimento (2021-2023), Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas Substituta - CDP/ENAGRO (2022-2023) e atualmente é Substituta da Coordenação de Planejamento e Desenvolvimento Funcional (2023). Possui experiência e interesse na área de políticas públicas voltadas à inclusão social e produtiva, com enfoque em economia solidária e da agricultura familiar, e interesse em políticas voltadas ao aperfeiçoamento da gestão pública e gestão por competências e do conhecimento.



Milady Cutrim Vieira Cavalcante - *Terapeuta Ocupacional (2005); Pós-Doutorado (UFMA/2020-2021), Doutorado (UFMA/2015) e Mestrado em Saúde Coletiva (UFMA/2010). Especialização em Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde (UFRN/2013); Especialização em Educação em Saúde para Preceptores do SUS (Hospital Sírio Libanês/2014). Atuou como Coordenadora do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde do HU-UFMA (2011-2018), Chefe da Divisão de Gestão do Cuidado do HU-UFMA (2018-2019) e Membro da Comissão Científica do HU-UFMA (jun2019-jan2022); realizou vigilância do desenvolvimento infantil no Ambulatório de Seguimento de prematuros do HU-UFMA (2019-2022). Atuou no Núcleo de Educação Permanente do Hospital de Urgência e Emergência Socorrão 1 (2010-2012), no Núcleo de Acesso e Qualidade Hospitalar (2022-Atual). Atua na Sala de Gestão Estratégica da Superintendência de Assistência à Rede de Saúde - SARS da Secretaria Municipal de Saúde/SEMUS (2023-Atual). Tutora do Método Canguru na Atenção Hospitalar (MS/2021-Atual); Consultora Nacional e Assessora do Método Canguru pelo Ministério da Saúde vinculada ao Centro Nacional de Referência HU-UFMA (2020-Atual). Atua no Núcleo de Estudos sobre Saúde e Subjetividade NESS/CNPq (2018-Atual) e no Núcleo de Pesquisa em Saúde Neonatal (2019-Atual). Lideragover 3.0 (2023). www.linkedin.com/in/milady-cutrim-vieira-cavalcante-37a482277.*



Noely Fabiana Oliveira de Moura - *Tecnologista Pleno em Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde cedida desde 2021 à Fiocruz/Brasília no Núcleo de Epidemiologia e Vigilância em Saúde (NEVS). Bióloga, Especialista em Vigilância Ambiental pela Universidade de Brasília, Mestre em Oceanografia pela Universidade Federal de Pernambuco e Doutora em Ciências com ênfase a Ecologia e Recursos Naturais pela Universidade Federal de São Carlos com parte desenvolvida na Universidade de Aveiro, Portugal. Epidemiologista de Campo egressa do nível avançado do Programa de Treinamento em Epidemiologia Aplicada aos Serviços do Sistema Único de Saúde EpiSUS (2009-2010) e com aperfeiçoamento em Epidemiologia para Gestores de Saúde pela Escola de Saúde Pública de John Hopkins, JHU (2016). Atuou como consultora técnica de Organismo Internacional no Ministério da Saúde de 2005 até 2015, quando se tornou servidora federal. Em 2018 esteve como Coordenadora Geral de Articulação de Instrumentos da Gestão Interfederativa na Secretaria Executiva, em 2019 Coordenadora Substituta de Arboviroses na Secretaria de Vigilância em Saúde e em 2020 assumiu a Coordenação Geral de Arboviroses até abril de 2021. Tem experiência na área de Saúde Pública, atuando principalmente nos temas de vigilância em saúde, epidemiologia de doenças transmissíveis - zoonoses - e emergências de saúde pública.*

Araujo, Dalton Francisco; Marques, Danielle Cristina Rodrigues; Andrade, Flavio Vasconcelos; Campos, Gustavo Henrique Araruna; Alecrim, Jaqueline de Souza Cardoso; Martins, Jéssica Maiara Rodrigues; Cavalcante, Milady Cutrim Vieira; Moura, Noely Fabiana Oliveira. **Comunidades ribeirinhas do município de Tabatinga - AM sem acesso à água potável, alimentação e condições de pesca devido à estiagem extrema dos rios da região.** 2023. Trabalho final (LideraGov 3.0) – Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, Brasília, 2023.

RESUMO

O objetivo geral deste projeto foi realizar um exame crítico sobre os impactos causados pela estiagem dos rios, nas comunidades ribeirinhas, do Município de Tabatinga-AM, a fim de evidenciar as principais dificuldades vivenciadas pela população ribeirinha local e, a partir dessa análise, avaliar estratégias para mitigar o problema e propor soluções inovadoras futuras. O *locus* da pesquisa foi o Município de Tabatinga, notadamente, suas comunidades ribeirinhas. O marco teórico abordou os conceitos da seca na região amazônica, mais especificamente no Alto Solimões. No método, a partir de uma abordagem qualitativa, foi realizada uma entrevista semiestruturada, como alternativa promissora para entender o problema, e, consequentemente, vislumbrar soluções mais aderentes à realidade, assim como, perceber as principais dificuldades no presente estudo. Esta entrevista foi avaliada a partir de uma análise de conteúdo. Como resultado, foram evidenciadas como principais dificuldades enfrentadas pela comunidade ribeirinha questões ligadas a: *i)* saúde: doenças diarreicas agudas, decorrentes da ausência de água potável na localidade e contaminação da água remanescente; *ii)* aumento da incidência de acidentes por serpentes (animais peçonhentos) e arraias (tipo de peixe); *iii)* dificuldade de acesso a transporte para obter benefícios do governo federal; *iv)* dificuldade para pesca e consequentemente restrição da alimentação pela seca extrema, aquecimento da água e morte de peixes. Relata-se, por fim, algumas medidas de mitigação como um Gabinete de Gestão Integrada com a integração de vários setores e medidas de mitigação, com seu respectivo Plano Estratégico e de Comunicação.

Palavras-chaves: Estiagem dos rios. Comunidades Ribeirinhas. Seca extrema. Rio Solimões. Região Amazônica. Políticas Públicas.

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

FIGURAS

Figura 1 – Mapa do Brasil - Estados com maior seca nos últimos 40 anos.

Figura 2 – Redução drástica dos níveis de rios e lagos da Amazônia resultantes da estiagem extrema, 2023.

Figura 3 – Mapa de localização do Município de Tabatinga, região do Alto Solimões – AM.

Figura 4 - Vista aérea da Tríplice fronteira com o Brasil representado pelo Município de Tabatinga, região do Alto Solimões – AM.

Figura 5 – Régua de medição no Rio Solimões durante a seca ocorrida em 2023.

Figura 6 – Registro do Rio Solimões durante a seca ocorrida em 2023.

Figura 7 – Modelo de mapa de empatia.

Figura 8 – Mapa de empatia correspondente ao objeto do trabalho.

Figura 9 – Solução alternativa de tratamento de água com zeólita.

QUADROS

Quadro 1 – Detalhamento do plano estratégico estruturado pelo grupo LideraLovers, 2023.

Quadro 2 – Descrição dos riscos à viabilidade e exequibilidade, identificados pelo grupo LideraLovers, 2023.

Quadro 3 – Descrição das estratégias de comunicação definidas pelo grupo LideraLovers, 2023.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	O PROBLEMA.....	10
2.1	TRAJETÓRIA ATÉ O PROBLEMA.....	10
2.2	REQUISITOS, DELIMITAÇÃO E EVIDÊNCIAS.....	11
2.2.1	A ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL	20
3	DELIMITAÇÃO DA PROPOSTA	23
3.1	ATOES ENVOLVIDOS	23
3.2	POLÍTICAS PÚBLICAS COM POTENCIAL DE MITIGAR O PROBLEMA.....	28
3.3	ATUAÇÃO EM REDE	31
3.3.1	REDES EM TABATINGA	33
4	PLANO ESTRATÉGICO.....	36
4.1	ACESSO À ÁGUA DE QUALIDADE	36
4.2	GARANTIA DA ALIMENTAÇÃO E DA MANUTENÇÃO DA RENDA.....	38
4.3	RISCOS	48
5	PLANO DE COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA	51
6	CONCLUSÃO	54
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	56
	APÊNDICES	57
	APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO AOS COORDENADORES DA SECRETARIA DE SAÚDE MUNICIPAL DE TABATINGA	57
	APÊNDICE B – ENTREVISTA: CENTRO DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICA DA SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE TABATINGA	58

1 INTRODUÇÃO

Um tema que vem ganhando cada vez mais notoriedade nos últimos anos, sobretudo após eventos extremos, é o da mudança climática. Esta diz respeito a mudanças de temperatura e clima do planeta a longo prazo, podendo ser resultante tanto de mudanças naturais devido aos ciclos geomorfológicos do planeta, como por ações humanas. O que tem se discutido nos principais fóruns internacionais de meio ambiente e políticas públicas sobre o tema é o quanto a ação humana tem sido um dos principais propulsores das mudanças climáticas, acelerando efeitos climáticos que levariam dezenas ou centenas de anos para ocorrer.

Nas últimas décadas observam-se alterações no comportamento do clima da Terra, intensificado, sobretudo, devido ao aumento da emissão de gases de efeito estufa, ocasionado em grande parte tanto pela queima de combustíveis fósseis quanto pelo desmatamento de terras e florestas. Um dos efeitos, divulgado pela ONU-Brasil, reflete na mudança da temperatura da Terra, que atualmente está cerca de 1,1° C mais quente que no final do século XIX, sendo que a década de 2011 a 2020 foi a mais quente já registrada.

O que os pesquisadores e especialistas em clima ressaltam é que isso não se restringe a aumento de calor. A mudança da temperatura ocasiona mudanças cíclicas em toda a biosfera, que tem levado ao aumento na ocorrência de eventos climáticos extremos, o que provavelmente está relacionado às mudanças climáticas globais (Campos et al., 2017). Tais eventos extremos incluem secas intensas, incêndios mais severos, escassez hídrica, inundações, derretimento de calotas polares e consequente aumento do nível do mar, declínio da biodiversidade, dentre outros.

No Brasil, observa-se a ocorrência de tais fenômenos com uma frequência e uma intensidade crescentes, nos últimos anos. Recentemente a forte estiagem dos rios da região amazônica chamou atenção do país pelo agravamento da situação e as consequências geradas à população. Apesar da alta frequência de chuvas e secas extremas na Amazônia ser objeto de estudo de vários trabalhos (Campos et al., 2017; Zeng et al., 2008; Gloor et al., 2013; Marengo et al., 2013; Espinoza et al., 2014), a situação registrada no ano de 2023, agravada pela confluência do fenômeno El Niño com o aquecimento do Atlântico Norte, impactou diretamente no regime de chuvas da região, atrasando a estação chuvosa e prolongando o período de estiagem.

Dessa forma, a atual estiagem tem causado diversas dificuldades aos moradores que enfrentam condições extremas e precárias para locomoção, acesso à água e alimentação,

sobretudo aos pescadores da região, que vivem diretamente da atividade pesqueira, e outros trabalhadores que vivem de atividades ligadas ao sistema produtivo da pesca e seus subprodutos. Toda a situação precária e de elevada vulnerabilidade dos moradores da região ribeirinha não apenas vem gerando comoção nacional, como exige atuação do poder público de forma imediata e articulada diante da série de problemas encadeados e relacionados ao que tem sido considerada a pior seca da história na região.

Frente a esta situação, é necessária a atuação do poder público e da integração de várias frentes para mitigação dos efeitos dessa crise e para a redução do sofrimento da população local, e será o objeto de análise deste trabalho.

2 O PROBLEMA

O problema objeto deste trabalho é: **Comunidades ribeirinhas do município de Tabatinga - AM sem acesso à água potável, alimentação e condições de pesca devido à estiagem extrema dos rios da região.**

2.1 TRAJETÓRIA ATÉ O PROBLEMA

O primeiro desafio para a definição do problema foi deparar-se com a sua complexidade. O fenômeno da estiagem extrema deriva de causas multifatoriais, tais como: confluência de fenômenos climáticos (El Niño e aquecimento atípico do Atlântico Norte), elevação da temperatura da água, aumento de incêndios na região, desmatamento, poluição, dentre outros. Ademais, suas consequências também são múltiplas, impactando a população local nos mais diversos âmbitos, uma vez que a vida nesses territórios é toda construída a partir da relação e utilização dos rios, de forma que a seca extrema impacta nas mais diversas áreas, como: transporte, alimentação, saúde, educação, economia, dentre outras.

A equipe precisou lidar, portanto, com um verdadeiro *wicked problem*, com causas, consequências e atores múltiplos e interrelacionados, de forma que torna sua análise complexa e impossibilita a definição de uma única solução ou de soluções simples.

A definição de um recorte também não foi simples e nem rápida. O grupo se deparou com diversos caminhos, inicialmente pensando na região Amazônica como um todo, com recorte apenas do público, focando nas comunidades ribeirinhas, por sofrerem efeitos ainda mais severos com a estiagem dos rios. Tal escolha se mostrou ineficiente, pois ao tentar prototipar uma solução, percebeu-se que se tratava ainda de um problema muito amplo.

Ao aprofundar as pesquisas, chegou-se a uma Nota Técnica elaborada pela Sociedade para Pesquisa e Proteção do Meio Ambiente - SAPOPEMA, em conjunto com a Associação do Movimento dos Pescadores do Baixo Amazonas - MOPEBAM, e a Colônia de Pescadores e Pescadoras Z-20, sobre o Panorama da Seca em Santarém, no Baixo Amazonas, Pará do ano de 2023. Este material traz uma série de informações sobre os efeitos da seca da região, com um mapeamento realizado junto aos pescadores locais quanto às principais dificuldades decorrentes da seca dos rios, de forma que seis grandes dificuldades foram listadas, conforme o percentual de menções pelos pescadores: pesca (22,2%), alimentação (20,5%), acesso à água (16,7%), acesso à saúde (14,9%), acesso a transporte (13,9%) e acesso à comunidade - isolamento (11,8%).

Com isso, a equipe delimitou o problema, considerando o público afetado, os efeitos vivenciados por esse público, e suas causas, no entanto ainda indefinido o local de atuação. Foram identificadas reportagens sobre a região do Baixo Amazonas, pesquisados materiais em mídias diversas, realizado o mapa da empatia e mapa dos atores considerando atores locais. Houve ainda uma tentativa de contato com algum representante de instituições locais, para uma escuta mais efetiva e compreensão do problema sob a ótica de quem o vivencia, ao menos institucionalmente.

Neste ponto, vale um destaque: desde as discussões iniciais, o grupo deliberou por não realizar entrevistas com o público-alvo específico do trabalho a fim de não gerar expectativas irreais de atuação do Estado em uma comunidade em situação de elevada vulnerabilidade. Por isso, a busca por representantes governamentais ou da sociedade civil organizada local, para nos dar um panorama de quem atua localmente para a resolução dos problemas em questão.

Após algumas tentativas sem sucesso com representantes governamentais da região do Baixo Amazonas, até devido à dificuldade de comunicação, uma vez que alguns dos contatos estavam em trabalho de campo e sem acesso à internet, recorreu-se a outros atores envolvidos com os problemas vivenciados, porém, no Alto Solimões - região que também sofre pela estiagem dos rios da Bacia do Amazonas, a fim de agregar mais informações para sua análise, no qual foi conseguido contato e agendado entrevista.

Assim, foi delimitado o local de atuação do trabalho: Tabatinga (Amazonas) no Alto Solimões. E definido o problema: **Comunidades ribeirinhas do município de Tabatinga - AM sem acesso à água potável, alimentação e condições de pesca devido à estiagem extrema dos rios da região.**

2.2 REQUISITOS, DELIMITAÇÃO E EVIDÊNCIAS

Os principais fatores considerados pelo grupo para a definição do problema, levando-se em consideração a necessidade de formulação de ações de política pública que se mostrem viáveis, efetivas e eficazes, foram: *i)* a dependência dos rios na região norte para subsistência, sobretudo das comunidades ribeirinhas; *ii)* a seca histórica vivida pela região no ano de 2023; *iii)* a necessidade de recorte territorial e de público-alvo específico; *iv)* a importância de um plano estratégico de médio e longo prazo complementar para mitigar riscos e danos em situações semelhantes no futuro; *v)* governança de integração de atores perene e não apenas

emergencial, já que estiagens e enchentes são cíclicas e periódicas, necessitando de planos de contingência anuais.

O problema foi escolhido devido à pesca ser a principal fonte de subsistência das comunidades ribeirinhas, sobretudo na região.

Segundo dados do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM), divulgados pela CNN¹, 140 mil pescadores vivem diretamente da atividade pesqueira no Amazonas e cerca de 200 mil pessoas estão envolvidas no sistema produtivo da pesca e subprodutos — desde a captura, desembarque, transporte, industrialização, preparo, distribuição e comercialização do pescado. Essas informações foram fornecidas pelo Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (Idam) e foram atualizadas pelo superintendente executivo da Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura (SFA) do estado, Algemiro Ferreira Lima Filho.

Os noticiários vêm trazendo cada vez mais cidades e comunidades que estão passando por dificuldades causadas pela forte estiagem na região amazônica.

Desde o final de setembro de 2023 é registrada a falta de chuvas o que altera o nível da água dos rios e aumenta conseqüentemente a temperatura dessas águas, afetando, dessa forma, milhares de espécies de peixes nos rios dessa região. Com os peixes em decomposição, essas águas se tornaram impróprias para captação e consumo.

Conforme matéria de Mariana Garcia, publicada no G1², o início das secas extremas teve origem com a chegada do fenômeno El Niño, um evento climático natural que resulta no aquecimento das águas do Oceano Pacífico. Porém, tal fenômeno foi agravado pelo aquecimento das águas do Atlântico Norte, eventos que, somados, têm desencadeado uma anomalia climática, cuja tendência é de intensificação nos meses de novembro e dezembro. As áreas já afetadas provavelmente enfrentarão um agravamento devido ao verão amazônico.

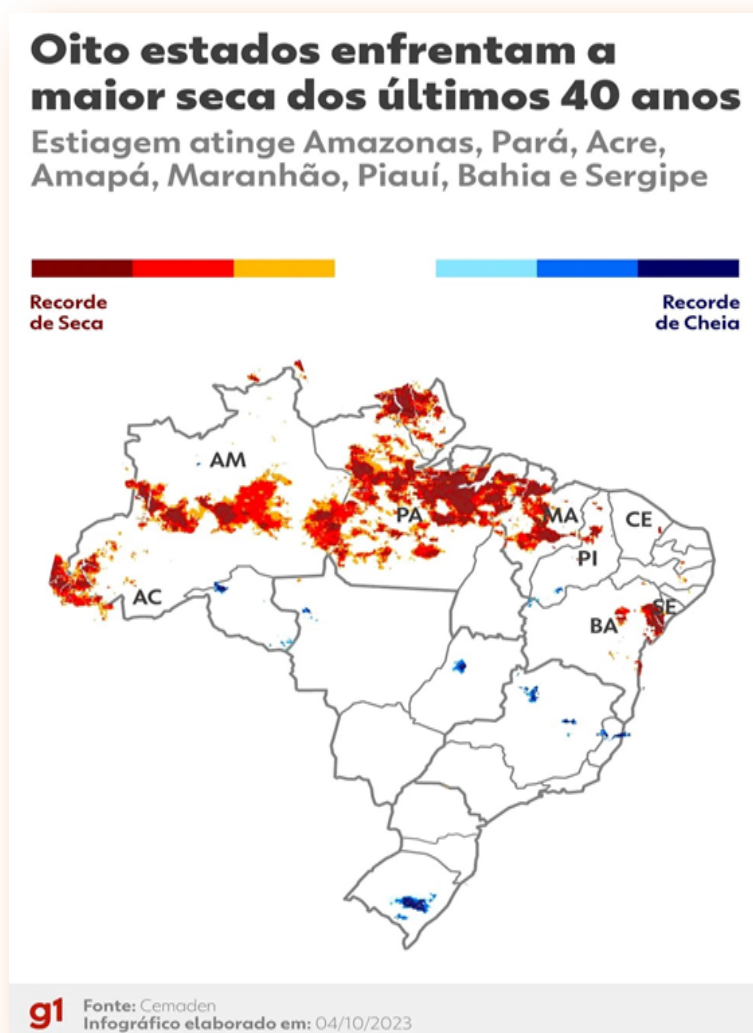
Conforme observamos no infográfico abaixo, elaborado pelo Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (CEMADEN) e publicado pelo G1³, essa, tem sido a maior seca vivenciada nos últimos 40 anos em oito estados brasileiros (Figura 1).

1 <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/seca-no-amazonas-112-mil-pescadores-sao-impactados-aponta-superintendencia-federal-de-pesca-e-aquicultura/>

2 <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2023/09/28/seca-fora-do-normal-em-rios-da-amazonia-tem-relacao-com-el-nino-e-aquecimento-do-atlantico-norte-entenda.ghtml>

3 <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2023/10/04/sem-chuva-oito-estados-do-norte-e-nordeste-batem-recorde-de-seca-dos-ultimos-40-anos-diz-cemaden.ghtml>

Figura 1 - Mapa do Brasil - Estados com maior seca nos últimos 40 anos.



Fonte: G1, 2023.

Na área pesqueira do Baixo Amazonas, por exemplo, que abrange desde a desembocadura do rio Madeira até a foz do rio Xingu, e engloba os trechos inferiores dos rios Tapajós, Trombetas, Xingu, Jari, e de vários outros rios menores, mais de 33 mil pescadores de 14 municípios no oeste do Pará encontram-se desempregados⁴, conforme reportagem do G1. Ainda, segundo o veículo de comunicação, Santarém e diversos municípios na região enfrentam uma condição de calamidade pública devido à severa estiagem. Esses municípios do Pará estão em estado de emergência devido à prolongada seca no estado, e Santarém está considerando

⁴ <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/10/30/seca-no-oeste-do-para-deixa-33-mil-pescadores-sem-trabalho.ghtml>

declarar oficialmente estado de emergência nível 2, buscando assistência do governo estadual e federal.

Conforme consta da Nota Técnica elaborada pela Sociedade para a Pesquisa e Proteção do Meio Ambiente - SAPOPEMA e parceria com a Associação do Movimento de Pescadores do Baixo Amazonas - MOPEBAM, pescadores e pescadoras que participaram do levantamento para panorama da seca em Santarém afirmam que percebem que as mudanças do clima vêm dificultando a atividade da pesca, principalmente com o aumento do calor dos lagos e a seca cada vez mais forte. Além disso, prejudica também o cultivo de plantações de ciclo curto, cultivadas em época de baixa dos rios.

Outro fator trazido pela organização neste estudo, agravado pelo fenômeno da estiagem, é o problema de acesso à água potável pelas comunidades ribeirinhas. A pesquisa destaca não se tratar de uma dificuldade conjuntural, e sim de uma consequência agravada pelas graves alterações pela exploração e uso inapropriado da terra e dos demais recursos naturais dos ecossistemas amazônicos, e que, portanto, soluções conjunturais, como gestos de solidariedade e arrecadações pontuais, também não resolvem o problema.

É preciso que os governos apresentem um programa de ações que promovam acesso à água potável para todas as comunidades, sobretudo aquelas isoladas e as que moram em áreas que secam durante os períodos de estiagem prolongados.

Distribuir água para as comunidades pode até ser um bom gesto de solidariedade, mas não pode escamotear as soluções definitivas de acesso à água para as comunidades da região do Baixo Amazonas (SOUSA et al, 2023, p. 15).

A situação é semelhante em outros estados da região Amazônica, sobretudo no que tange as populações ribeirinhas e comunidades pesqueiras de forma geral. Em outubro deste ano o governo estadual do Amazonas decretou estado de calamidade pública⁵, sendo que até o final do mês todos os 62 municípios do Amazonas haviam sido decretados em estado de emergência devido a esta severa seca. A figura 2 apresenta fotos das áreas amazônicas com drástica redução de rios e lagos. Conforme apontado no relatório divulgado pela Defesa Civil Estadual em 1º de novembro de 2023, quase 600 mil indivíduos foram impactados pela falta de chuvas e efeitos da estiagem⁶.

⁵ <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/municipios-do-amazonas-em-estado-de-calamidade-e-de-emergencia-terao-calendario-unificado-do-bolsa-familia-em-outubro>

⁶ https://cultura.uol.com.br/noticias/62358_todas-as-cidades-do-am-decretam-estado-de-emergencia-em-virtude-da-seca.html

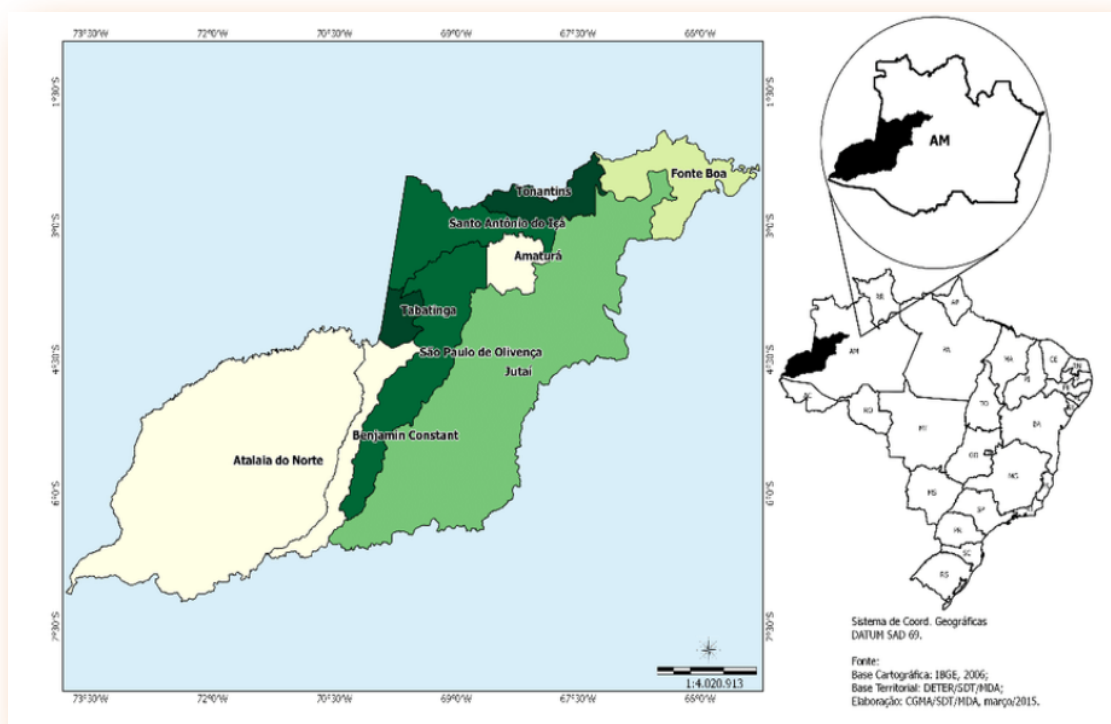
Figura 2 – Redução drástica dos níveis de rios e lagos da Amazônia resultantes da estiagem extrema, 2023.



Fonte: Agência Senado

Dentre eles, está o município de Tabatinga, que será o foco das análises. O município de Tabatinga está situado no oeste do Estado do Amazonas, na Tríplice fronteira entre o Brasil, Colômbia e Peru, abrangendo uma área de 3.239,3 km². Toda a região é coberta por florestas, incluindo áreas altas, baixas e pouco densas. Do ponto de vista hidrográfico, faz parte da bacia do rio Amazonas - Região do Alto Solimões, sendo atravessada pelos rios Solimões, Içá, Japurá, além de vários afluentes como Hapapóris, Traíra, Puretê, Puruê e Cunha. Próximas estão duas grandes ilhas fluviais: Santa Rosa, no Peru, e Aramaçá, no Brasil (Figuras 3 e 4).⁷

Figura 3 - Mapa de Localização do Município de Tabatinga, região do Alto Solimões – AM.



Fonte: CGMA/SDT/MDA, 2015.

⁷ [https://pt.wikipedia.org/wiki/Tabatinga_\(Amazonas\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Tabatinga_(Amazonas))

Figura 4 - Vista aérea da Tríplice fronteira com o Brasil representado pelo Município de Tabatinga, região do Alto Solimões – AM.



Fonte: Allan Charles, 2018.

O acesso ao município é realizado majoritariamente por barco ou avião, não existindo estradas que unem Tabatinga a capital Manaus⁸, principal polo econômico do estado. Isso torna o custo de vida mais elevado na cidade, devido à distância, à alta dependência de combustíveis (principalmente diesel) para abastecimento de barcos, aeronaves e para o fornecimento de energia, já que sua principal fonte de energia provém de termelétricas.

Conforme último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2022, a população de Tabatinga é estimada em 66.764 habitantes⁹. Porém, por ser uma cidade de fronteira, possui uma população “volante” considerável, oriunda principalmente Colômbia, que possui um sistema semiprivatizado de saúde, e do Peru e possui menos recursos para assistência à saúde. Desta forma, o município chega a até 100 mil habitantes a depender da época, considerando esta população “volante”, conforme entrevista realizada com os servidores

⁸ Ibidem.

⁹ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/tabatinga/panorama>

da SMS do município, uma vez que o SUS, por ser um sistema universal, atende qualquer pessoa em território brasileiro, portanto, não nega atendimento a essa população.

Além disso, conforme matéria do G1 publicada em 16 de outubro de 2023¹⁰, o Rio Solimões está a 11 cm da seca histórica, registrada em outubro de 2010, de acordo com o Serviço Geológico do Brasil (SGB), responsável pelos levantamentos hidrológicos no Amazonas. Em meados de outubro, o Rio Solimões registrou a cota de -75cm na régua do SGB (Figura 5). Em outubro de 2010, o Solimões marcou a cota de -86cm, a menor medição da história para essa bacia. As Cotas dos rios são informações relacionadas aos níveis de água dos rios¹¹, e na região são definidas durante atividades de campo da SGB, em conjunto com as autoridades locais da Defesa Civil, nas quais são consideradas todas as particularidades do rio¹².

Figura 5 - Régua de medição no Rio Solimões durante a seca ocorrida em 2023.



Foto: Rôney Elias - Rede Amazônica.

¹⁰ <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2023/10/16/rio-solimoes-esta-a-11-cm-da-seca-historica-no-amazonas.ghtml>

¹¹ <https://www.defesacivil.am.gov.br/defesa-civil-do-amazonas-apresenta-o-aplicativo-cota-rio/#:~:text=A%20Defesa%20Civil%20do%20Amazonas,de%20forma%20eficiente%20e%20pr%C3%A1tica.>

¹² <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2022/03/23/cota-de-atencao-alerta-ou-inundacao-entenda-o-que-significam-os-termos-utilizados-para-classificar-as-cheias-dos-rios.ghtml>

Ainda segundo a matéria, com a descida do rio Solimões, uma grande faixa de terra surgiu em frente a Tabatinga, cidade do Amazonas que faz fronteira com a Colômbia e Peru (Figura 6). As pessoas que precisam se deslocar, por meio fluvial, enfrentam dificuldades. E dessa forma, decretaram situação de emergência por causa da seca extrema na região.

Figura 6 – Registro do Rio Solimões durante a seca ocorrida em 2023.



Foto: Rôney Elias - Rede Amazônica.

Evidências através de entrevistas com atores da Região:

Realizou-se, no dia 21/11/2023, às 16:30, uma entrevista com dois representantes da Secretaria Municipal da Saúde (SMS) de Tabatinga/AM: a Coordenadora do Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde (CIEVS) e o Coordenador de Vigilância em Saúde e apoiador das ações de emergências em saúde do Ministério da Saúde na região.

Foi elaborado um roteiro de perguntas para essa entrevista que durou em torno de 2 horas. A entrevista surpreendeu com a riqueza de novas informações e de construção de diálogo. Além disso, a equipe identificou que os problemas vivenciados pelas comunidades ribeirinhas são muito similares e os efeitos em suas vidas passam pelos mesmos fatores listados pelas comunidades de pescadores do Baixo Amazonas. A partir da entrevista realizada com os representantes da SMS de Tabatinga/AM, foi possível aprofundar a compreensão sobre as ações

que estão sendo desenvolvidas, o histórico de enfrentamento à estiagem, os aparelhos estatais mobilizados, as soluções locais colocadas em prática, as principais parcerias firmadas para enfrentamento do problema, as principais vias de comunicação com a população local, os problemas vindouros e que não estão sendo divulgados pela mídia nacional e em sugestões diversas de soluções a serem exploradas.

Sendo assim, após a entrevista com os representantes de saúde local de Tabatinga/AM, em que foi viabilizada uma discussão para além do problema em si, sendo possível identificar uma ponte mais factível entre problema e soluções - passando pela articulação de atores e aparelhos estatais já existentes no município - o grupo entendeu que ainda era necessária melhorar a delimitação do escopo do problema.

2.2.1 A ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL

Conforme mencionado na seção anterior, o problema em questão é bastante complexo, com causas, consequências e atores múltiplos e interrelacionados, e impossível de ser resolvido com uma única solução ou de soluções simples. Dessa forma, apesar de afetar a esfera municipal de forma mais direta, trata-se de um problema que abrange todas as esferas governamentais.

Em seguida trataremos de algumas ações planejadas pelo Governo Federal para enfrentamento da crise gerada pela estiagem no Amazonas, e posteriormente sobre a ação governamental mais especificamente no município de Tabatinga (AM).

Governo Federal

Conforme informações publicadas no portal do Ministério da Saúde¹³, o Governo Federal articulou uma série de órgãos para enfrentamento dos principais problemas relacionados à estiagem extrema das bacias da região amazônica, principalmente no que diz respeito ao combate a incêndios, recuperação da navegabilidade dos rios e com um Plano de Contingências para reforçar medidas de assistência social e antecipação de benefícios para redução dos efeitos da seca e de incêndios na região:

13 <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/outubro/conheca-detalhes-da-acao-do-governo-federal-para-enfrentar-a-estiagem-e-os-incendios-no-amazonas>

Plano de contingência:

- Destinação de recursos para garantir o abastecimento de comida, água e combustível, a serem distribuídos para as prefeituras mediante apresentação de planos de trabalho;
- R\$ 850 serão repassados a pequenos agricultores, extrativistas e pescadores com renda de até 1,5 salário-mínimo que tiveram perda da produção;
- Cestas básicas e kits de saúde serão distribuídos para a população, que também terá acesso à antecipação de diversos benefícios sociais;
- Veterinários voluntários resgatam animais afetados pela estiagem.

Desenvolvimento e Assistência Social:

- Repasse de R\$ 8,12 milhões pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para a compra de produtos da agricultura familiar em municípios em situação de calamidade pública ou emergência - o recurso permite a compra de mais de 1,72 mil toneladas de produtos da agricultura familiar, pela modalidade doação simultânea do PAA. São 1.103 produtores do Amazonas cadastrados no PAA;
- Unificação do calendário de pagamento do Bolsa Família em situação de calamidade reconhecida;
- Antecipação de parcelas do Benefício de Prestação Continuada (BPC) em municípios em situação de calamidade pública reconhecida pelo Governo Federal;
- Repasse de recursos para a rede de assistência social, envolvendo alojamentos provisórios e provisões materiais;
- Envio de cestas de alimentos;
- Destinação de recursos pelo Fomento Rural, no valor de R\$ 4,6 mil, a pequenos agricultores com perda na produção.

Medidas Ambientais:

No rol das ações ambientais, destacam-se: coordenação de ações para conter impactos ambientais da estiagem; atuação de especialistas para ajudar nas ações de planejamento; mobilização de recursos e equipes, incluindo brigadista, para combate aos incêndios florestais agravados pela estiagem; ações para evitar a mortalidade de mamíferos, como botos, na região do município de Tefé; ação articulada do Comando de Incidentes do ICMBio com Ibama e Instituto Mamirauá, para resgate e reabilitação de animais vivos e recolhimento de carcaças;

ações do Ibama voltadas ao combate e prevenção a incêndios florestais, incluindo campanhas de conscientização; contratação de brigadistas; doação de kits de equipamento para brigadistas; intensificação da fiscalização e responsabilização de infratores; previsão de investimento de R\$ 30 milhões do Programa União com os municípios prioritários no Amazonas; monitoramento da qualidade do ar.

Medidas de Saúde Pública:

É uma estratégia da saúde oferecer água potável a população e a implementação do Projeto Salta Z (Solução Alternativa de Tratamento de Água com Zeólita) está focada nessa solução. Trata-se de um projeto desenvolvido pela FUNASA, que consiste em uma estrutura de poço artesiano, com extração de água e filtros de purificação para essa água se tornar potável. A Defesa Civil e a Saúde Indígena também trabalham em conjunto nessa implementação junto às comunidades ribeirinhas. Conforme entrevistados do município, este projeto já foi implementado em mais de 25 comunidades do município de Tabatinga, e existe expectativa de sua ampliação para que em períodos de estiagem ou outras emergências, as comunidades ribeirinhas não fiquem sem acesso à água potável. A garantia de água potável é também evitar doenças de veiculação hídrica e alimentar.

Também foi enviado pelo Ministério da Saúde kits calamidade que contêm medicamentos, insumos como hipoclorito de sódio a 2,5% e medicamentos para intubação orotraqueal (IOT). Além de recurso financeiro – cerca de R\$ 225 milhões à população do Amazonas diante da emergência decretada.

3 DELIMITAÇÃO DA PROPOSTA

3.1 ATORES ENVOLVIDOS

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi pactuada no grupo a ideia de que a construção de uma política pública, plano ou ação governamental não pode ser algo descolado da realidade. Entender o cidadão/usuário e suas experiências é primordial para a construção de políticas ou planos que, de fato, tenham um olhar sensível e atento para o cidadão.

Apesar do entendimento da necessidade e da importância de uma atuação junto aos cidadãos/usuários para construção de um planejamento mais efetivo, por se tratar de uma atividade acadêmica, optou-se pela não realização de um diagnóstico a partir de abordagens diretas aos ribeirinhos de Tabatinga – conforme discutido anteriormente. Essa decisão partiu do fato de que esta equipe não representa o Estado de forma direta nesta ação, e prevaleceu o entendimento de que essa comunidade ribeirinha está numa situação de elevada vulnerabilidade devido ao processo de estiagem extrema que estão enfrentando, de forma que qualquer intervenção poderia gerar expectativas irreais de atuação do Estado.

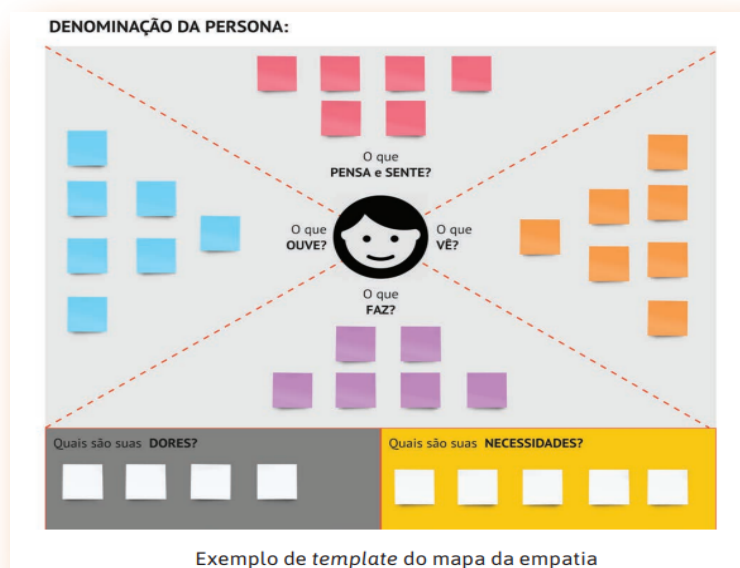
Nesse sentido, tendo como premissa a dignidade da pessoa humana, para a compreensão da perspectiva dos usuários afetados pelo problema público proposto, optou-se em utilizar fontes secundárias de dados, como entrevistas realizadas pelos principais veículos de comunicação e por entidades locais, disponibilizadas pela internet, incluindo portais de notícias e portais oficiais do Governo, nas diferentes esferas.

Importante destacar que as pesquisas e matérias utilizadas de base neste trabalho foram utilizadas de forma mais abrangente, como forma de retratar as dificuldades enfrentadas pelos moradores da região norte afetados pela seca extrema, sobretudo nos estados Amazonas e Pará. Contudo, apesar de diferentes estados, vale ressaltar que o recorte é similar por se tratar de pescadores, sobretudo comunidades ribeirinhas, que compartilham muitas características em comum, principalmente no que diz respeito à utilização dos rios como principal fonte de renda, de alimentação - provenientes da pesca - assim como de acesso à água, dada a precariedade do saneamento básico nos municípios mais afetados, e transporte. Portanto, frente às características semelhantes enfrentadas pelas comunidades ribeirinhas em ambos os estados, considerou-se o material coletado relevante para o entendimento dos fatores implicados no problema a ser mais bem detalhado e fruto de análise do grupo.

Para aprofundar melhor na perspectiva do público-alvo, além de embasamento no material coletado, foi utilizado como instrumento de análise o Mapa de Empatia que, para Zimmermann (2021), objetiva justamente entender o usuário para o qual tenta-se criar alguma solução, de modo a perceber o ambiente que vive, sentimentos, aspirações, medos, ações, preocupações, necessidades; criar-se uma persona, que representa um determinado público ou grupo baseado em informações obtidas por meio de entrevista, ou outras pesquisas.

A figura abaixo representa um exemplo de *template* para elaboração do Mapa de Empatia (Figura 7).

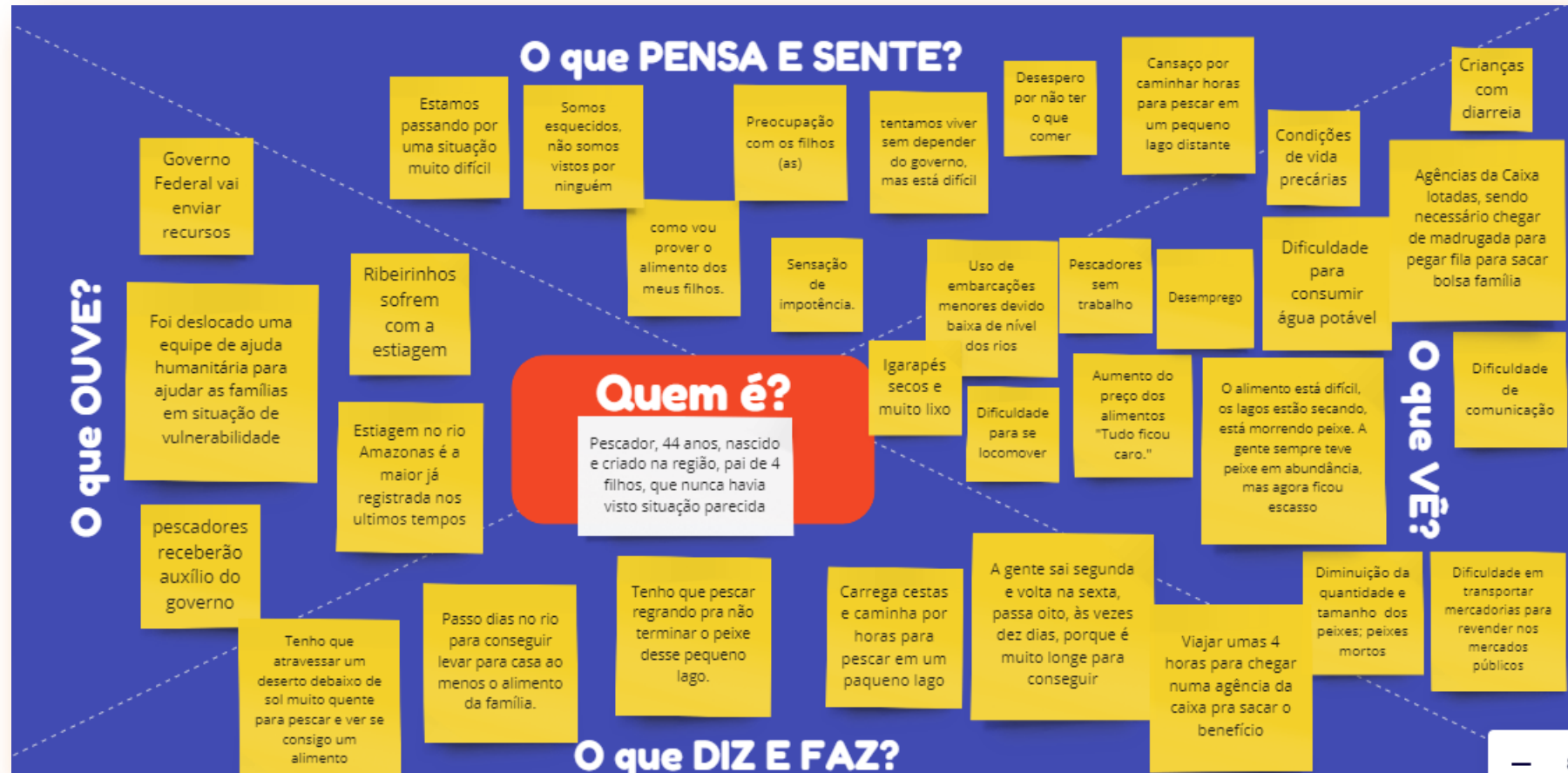
Figura 7 – Modelo de mapa de empatia.



Fonte: Zimmermann, 2021, p. 76.

A partir da análise dos dados coletados, foi caracterizada uma persona fictícia “Pescador de 44 anos, nascido e criado em Tabatinga - AM, pai de 4 filhos e que nunca tinha visto uma situação de seca parecida”. A figura abaixo apresenta um mapa de empatia que buscou refletir os usuários envolvidos no problema público: Comunidades ribeirinhas do município de Tabatinga - AM sem acesso à água potável, alimentação e condições de pesca devido à estiagem extrema dos rios da região (Figura 8).

Figura 8 – Mapa de empatia correspondente ao objeto do trabalho.



Fonte: Idealizado pelo grupo LideraLovers.

Abaixo, destacamos alguns dos relatos coletados em materiais diversos, que serviram de base e inspiração para a definição da persona.

Edivaldo Rebelo (pescador): *“O alimento está difícil, está precário, os lagos estão secando, está morrendo peixe. Aqui na nossa região, a gente nunca sofreu uma seca dessa, a gente sempre teve peixe em abundância, mas agora ficou escasso”*¹⁴.

Algemiro Ferreira Lima Filho - representante da Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura (SFA) do estado do Amazonas: *“Morreram peixes de tamanho médio, pequeno e que estavam em fase de reprodução, o que significa dizer que esse bioma, para se recompor, nós vamos precisar de pelo menos dois anos”*¹⁵

Raimundo (morador da comunidade quilombola Tapaje no Pará): *“primeiro ano que vejo seca, tá seco, nós temos sem condições de navegar, água potável num temos para tomar”*¹⁶

Rivaneide Souza (Agente Comunitária de Saúde): Município de Óbidos: fala sobre lago que virou lama que servia para uso de comunidade: *“só que agora estamos sem condições de utilizar pois tá com muita lama”*¹⁷.

Erandir Lima Seabra (Pescador): *“tá difícil para a gente tirar o sustento, a gente vive de pesca e agora nesse período estamos sem ter como sobreviver, sem tirar nossa renda”*¹⁸

João Barbosa (Pescador) *“quem perde é a população devido a mortandade de peixe e a gente não consegue fazer o aproveitamento desse pescado”*¹⁹.

Ivone Carvalho (pescadora do Pará): *“Aqui onde pegava a comida, o pouco que tinha já foi, porque vai secando e o peixe vai embora, o que fica, ele morre”*²⁰.

Ivair Santos (pescador do Pará): *“A gente sai segunda e volta na sexta, passa oito, às vezes dez dias, porque é muito longe para conseguir. Quem tenta a sorte, passa dias no rio para conseguir levar para casa ao menos o alimento da família.”*²¹

14 <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/10/30/seca-no-oeste-do-para-deixa-33-mil-pescadores-sem-trabalho.ghtml>

15. <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/seca-no-amazonas-112-mil-pescadores-sao-impactados-aponta-superintendencia-federal-de-pesca-e-aquicultura/>

16 <https://www.youtube.com/watch?v=ZWnhhuHrhmk> [Quilombolas e ribeirinhos também sofrem com a seca no Norte | SBT Brasil | 18/10/23]

17 <https://www.youtube.com/watch?v=ZWnhhuHrhmk> [Quilombolas e ribeirinhos também sofrem com a seca no Norte | SBT Brasil | 18/10/23]

18 <https://www.youtube.com/watch?v=EfC4-9629nA> [Domingo Espetacular- Cidades do Amazonas sofrem as consequências de seca fora do comum | 01/10/2023]

19 <https://www.youtube.com/watch?v=EfC4-9629nA> [Domingo Espetacular- Cidades do Amazonas sofrem as consequências de seca fora do comum | 01/10/2023]

20 <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/10/30/seca-no-oeste-do-para-deixa-33-mil-pescadores-sem-trabalho.ghtml> Seca no oeste do Pará deixa 33 mil pescadores sem trabalho [30/10/2023]

21 <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/10/30/seca-no-oeste-do-para-deixa-33-mil-pescadores-sem-trabalho.ghtml> Seca no oeste do Pará deixa 33 mil pescadores sem trabalho [30/10/2023]

Ribeirinha (relato para o Profissão Repórter): *“O ribeirinho, nós estamos vivendo uma calamidade muito grande, que fica tudo ruim. Fica ruim o transporte, a pesca, fica ruim em geral”*²².

Anderson Souza Aguiar (relato para o Profissão Repórter) *“Aqui a gente é esquecido. A gente tem quase 450 pessoas aqui, e a gente não é visto por ninguém. Eu tenho uma filha pequena, que graças a Deus, ela está bem de saúde. A gente está passando por uma situação muito difícil e quer que alguma coisa seja feita, para pelo menos amenizar o sofrimento de cada família”*²³.

Pescadora Leomara Pereira (relato para o Profissão Repórter) *“Tem impactado muito. Para a gente vir de lá, foram 4 horas de viagem, com criança pequena e estava muito quente. A gente veio de canoa e fica muito difícil pra gente. “Com os caminhos das comunidades ribeirinhas até Tefé, prejudicados pela seca, muitos moradores saíram de casa de madrugada e se concentram em frente à agência da Caixa”*²⁴.

Halisson dos Anjos Oliveira (pescador): *“Ano passado secou, e esse ano a seca chegou mais cedo. (...) Vou fazer 40 anos e nunca tinha visto algo assim. (...) Nós temos que pescar regrando. Só o básico mesmo, suficiente pra gente se alimentar que é pra também não terminar. Porque você vê a profundidade que tá, se você for pescar tudo de uma vez... então a gente vai aos poucos (...). Eu penso assim, se hoje nós, o povo, não tiver a consciência de preservar a natureza vai acontecer isso. Porque isso que está acontecendo hoje, eu tenho certeza que é obra do homem. Então a gente tem que ter ciência disso, cuidar do nosso rio, proteger para que nossos filhos e netos não passem por essa situação ou até pior.”*²⁵

Cacique Anilton (Comunidade indígena Porto Praia, comunidade ribeirinha): *“O fundo do Rio Solimões virou um grande deserto de areia. Moradores atravessam a pé para poder alcançar lagos onde ainda é possível pescar”*²⁶

22 <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/11/06/pescadores-atingidos-pela-seca-na-regiao-norte-terao-auxilio-extra-de-r-2.640> [06/11/2023]

23 <https://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2023/11/01/dificuldade-de-locomocao-busca-por-agua-desemprego-a-seca-no-amazonas-e-os-impactos-na-vida-dos-ribeirinhos.ghtml> [Dificuldade de locomoção, busca por água, desemprego: a seca no Amazonas e os impactos na vida dos ribeirinhos em | 01/11/2023]

24 <https://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2023/11/01/dificuldade-de-locomocao-busca-por-agua-desemprego-a-seca-no-amazonas-e-os-impactos-na-vida-dos-ribeirinhos.ghtml> [Dificuldade de locomoção, busca por água, desemprego: a seca no Amazonas e os impactos na vida dos ribeirinhos em | 01/11/2023]

25 <https://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2023/11/01/dificuldade-de-locomocao-busca-por-agua-desemprego-a-seca-no-amazonas-e-os-impactos-na-vida-dos-ribeirinhos.ghtml> [Dificuldade de locomoção, busca por água, desemprego: a seca no Amazonas e os impactos na vida dos ribeirinhos em | 01/11/2023]

26 <https://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2023/11/01/dificuldade-de-locomocao-busca-por-agua-desemprego-a-seca-no-amazonas-e-os-impactos-na-vida-dos-ribeirinhos.ghtml> [Dificuldade de locomoção, busca por água, desemprego: a seca no Amazonas e os impactos na vida dos ribeirinhos em | 01/11/2023]

3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS COM POTENCIAL DE MITIGAR O PROBLEMA

Neste item, estão expostas sugestões de políticas públicas com potencial de mitigar os problemas aqui abordados.

- i. Manutenção de programas de governo que promovem benefícios assistenciais destinados às comunidades em situação de emergência (antecipação do Bolsa Família, Seguro Defesa, BPC), com ampla divulgação às comunidades ribeirinhas, em comunicação clara, e com plano de ação de realização da liberação dos recursos, para evitar os transtornos gerados a partir da busca em massa por esses benefícios;
- ii. Articulação junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, com incentivo a parcerias locais com o município de Tabatinga, polo de outros municípios da região do Alto Solimões, para o fortalecimento da produção agrária familiar das comunidades da região, visando dar Assistência Técnica Rural (ATER) para adaptação das práticas de plantio ao contexto de estiagem e prováveis enchentes ao longo do ano, com incentivo de cultivos de ciclos curtos que sejam adaptáveis ao clima e à cultura local (dado que alimentação e plantio também fazem parte da cultura, e mudanças que ignorem a cultura local tendem ao fracasso, por mais eficazes que possam ser em outros contextos) ;
- iii. Articulação junto à Agência Nacional de Águas (ANA) para proposição de programa que utilize o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), similar ao Programa Produtor de Água, porém voltado especificamente para comunidades ribeirinhas e comunidades do entorno que possuem produção rural, para que aumente a conservação dos rios e da qualidade da água. Assim como o Programa Produtor de Água, parte-se da lógica na qual a gestão é baseada na valorização econômica da natureza, e consequentemente na distribuição de incentivos financeiros aos responsáveis pela preservação ambiental²⁷;

²⁷ <https://www.gov.br/ana/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programa-produtor-de-agua/psa-1>

- iv. Proposição ao governo municipal de incentivo à implementação de micro açudes nas comunidades ribeirinhas locais, aos moldes do Programa Avançar na Agropecuária e no Desenvolvimento Rural, programa do Governo Estadual do Rio Grande do Sul, que tem a finalidade de irrigação e dessedentação animal, a fim de reduzir os efeitos da estiagem gerando a reserva de água de forma adequada do ponto de vista técnico e ambiental²⁸. Tais açudes podem também ser utilizados para a criação de pescados. Essa prática já é comum no Brasil, porém, não é comum nas comunidades ribeirinhas, justamente devido à proximidade dos rios.
- v. Retomada e atualização do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres (implementado entre 2012 e 2014), incluindo a região amazônica no quesito de enfrentamento à seca, considerando que o Plano em sua versão inicial possuía ações de enfrentamento aos efeitos da seca somente na região semiárida nordestina, porém, conforme realidade atual, a região amazônica vem enfrentando estiagens cada vez mais severas, deixando comunidades ribeirinhas inteiras isoladas, sem acesso a água, saúde, alimentação, transporte e transporte.
- vi. Ampliação do Projeto SALTA-Z (Solução Alternativa de Tratamento de Água com Zeólita), para todas as 53 comunidades ribeirinhas do município de Tabatinga, para que em futuras estiagens, ou demais situações emergenciais, não acarrete falta de água potável nas comunidades. Trata-se de um projeto desenvolvido pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), para implantação em pequenas comunidades as quais não possuem água potável, de equipamento onde a água bruta disponível passe por um processo de purificação transformando em água potável (Figura 9). Essa tecnologia apresenta baixo custo e viabilidade técnica e operacional para implantação. Essa solução está disponível em vários municípios na região da Norte do país, que apresentam dificuldade em ter água potável, mas precisa ser fortalecido por recurso do governo federal, estadual e municipal. Em Tabatinga, esse projeto foi implementado pela Funasa, em parceria com a Saúde Indígena e Defesa Civil. A Funasa disponibiliza tutoriais para construção dessas unidades, disponibilizados em seu repositório de conhecimento²⁹.

28 <https://www.bossoroca.rs.gov.br/site/noticias/agricultura-e-meio-ambiente/79406-construcao-dos-micro-acudes-atraves-do-programa-avancar-na-agropecuaria-e-no-desenvolvimento-rural---eixo-estrategico-irrigars>

29 <https://repositorio.funasa.gov.br/handle/123456789/601>

Figura 9 - Solução alternativa de Tratamento de Água com Zeólita.



Fonte: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/obter-apoio-para-implantacao-da-solucao-alternativa-de-tratamento-de-agua-com-zeolita-salta-z>

- vii. Articulação junto aos países que compõem a bacia Amazônica: Colômbia, Peru, Bolívia, Equador e Venezuela.
- viii. Articulação entre Governo Federal, Estadual e Municipal para implementação de política específica de saneamento básico e de acesso à água de qualidade no município de Tabatinga, para que toda a população local, incluindo comunidades ribeirinhas que estão enfrentando quadros de total isolamento, consigam acesso à água tratada, mesmo em períodos de estiagem extrema.

As proposições apresentadas acima são pensadas considerando a necessidade de adequação à realidade local, dada a particularidade das comunidades ribeirinhas da região amazônica, que lidam com a estiagem de forma completamente distinta de outras regiões do país, que apesar de também enfrentarem secas severas, não possuem um período de alagamento como ocorre nesta região, o que demanda soluções diferenciadas, adequadas tanto para períodos de seca como para períodos de possíveis enchentes. Para minimizar o problema, é preciso haver

grande investimento por parte dos governos em obtenção, tratamento e preservação dos recursos hídricos. Além disso, é importante a realização de uma articulação junto aos países vizinhos que compõem a bacia Amazônica - Colômbia, Peru, Bolívia, Equador e Venezuela, para o desenvolvimento de ações conjuntas e articuladas.

3.3 ATUAÇÃO EM REDE

Apesar de a expressão "governança" ter raízes tão antigas quanto o próprio exercício do governo, nos últimos anos, ela adquiriu novos significados. Nas décadas recentes, ela passou a abranger um escopo mais amplo que o simples conceito de governo, que se refere à organização formal do estado. Além disso, ela preconiza uma abordagem renovada na gestão dos assuntos públicos, destacando a importância da participação da sociedade civil.³⁰

O termo "redes" está vinculado a novas abordagens de organização e administração, que surgem como resposta à avaliação da eficácia das estruturas burocráticas e hierárquicas. Isso impulsiona o desenvolvimento de estruturas mais flexíveis e orgânicas, especialmente no que diz respeito à interação dentro das instituições. Loiola e Moura (1997) argumentam que a expansão da configuração organizacional em rede representa uma estratégia para que organizações públicas e privadas enfrentem cenários de turbulência e incerteza, marcado por uma intensa competitividade. Nessa visão, as redes constituem um novo modelo organizacional que, ao incorporar aspectos como interdependência e integração, busca responder à complexidade dos desafios de gestão e coordenação que as organizações enfrentam neste início de século.³¹

Segundo Emirbayer e Mische (1998 apud Charão-Marques, Schimitt e Oliveira, 2017, p. 21)³² redes “são concebidas como campos relacionais que se constituem através de conjuntos múltiplos e entrelaçados de associações, que se desdobram no tempo”. Ou seja, as redes dizem respeito a inter-relações estabelecidas entre um conjunto de atores, que compartilham características ou interesses em comum, em um determinado território e espaço temporal, podendo resultar dessa interação processos coletivos de aprendizado, fortalecimento, articulação, entre outros.

30 ROCHA, Daniella Mariano, Gestão em Rede na Implementação de Políticas Públicas: O Caso do Programa Brasil Mais Produtivo, UFRGS, 2017.

31 ROCHA, Daniella Mariano, Gestão em Rede na Implementação de Políticas Públicas: O Caso do Programa Brasil Mais Produtivo, UFRGS, 2017.

32 Emirbayer, M.; Mische, A. What is agency? American Journal of Sociology, The University of Chicago. 103:4. p. 962-1023, 1998.

A interação entre indivíduos e organizações visa diversificar os parceiros, tanto em termos de quantidade quanto de variedade, buscando facilitar a realização de interesses e projetos compartilhados. Isso implica, portanto, na busca por uma maior flexibilidade operacional, destacando as relações de cooperação, embora sem excluir a presença de conflitos. As redes constituem meios de coordenação entre agências governamentais, ou entre essas agências e redes sociais, organizações privadas, ou grupos, permitindo-lhes abordar questões sociais e implementar políticas públicas. Essas categorias incluem as denominadas redes institucionais, redes formais secundárias, redes sócio governamentais e redes locais de integração.³³

Essa abordagem leva em conta uma premissa relevante para a administração pública brasileira que é a necessidade de operar em um cenário diversificado e mais complexo, envolvendo a coordenação entre atores tanto estatais quanto não estatais, além de seu comprometimento com objetivos coletivos.

Ademais, também considera relevante o fomento à criação e fortalecimento de redes locais, como forma de desenvolver soluções mais perenes e adequadas à realidade dessas populações, e redução da vulnerabilidade e alta dependência do Estado para soluções de problemas coletivos. Considerando as informações obtidas em entrevista com os servidores do município, todas as comunidades ribeirinhas da região são compostas por pescadores e agricultores, pois em períodos da reprodução dos peixes ou na baixa dos rios, é na agricultura que tais comunidades encontram outra fonte de renda e alimentação. Nesse sentido, Charão-Marques, Schmitt e Oliveira (2017) chamam a atenção para o fundamental papel desempenhado pelas redes na reconfiguração de práticas produtivas no meio rural, trazendo a:

(...) possibilidade de repensar o desenvolvimento rural, levando em consideração as multiplicidades expressas na diversidade de atores, práticas e configurações materiais que moldam e transformam arenas sociais e instituições. As redes envolvem indivíduos e organizações (...) e estamos considerando que, com o passar do tempo, cada vez mais entidades a têm composto. (...). Essas diferentes entidades e práticas não são organizadas de maneira hierárquica; ao invés, o entrelaçamento entre elas pode ser visto como plano. (Charão-Marques, Schmitt e Oliveira, 2017, p. 37).

33 ROCHA, Daniella Mariano, Gestão em Rede na Implementação de Políticas Públicas: O Caso do Programa Brasil Mais Produtivo, UFRGS, 2017.

Portanto, as redes são “campos relacionais”, nos quais um conjunto de atores compartilha características e interesses em comum e cuja interação pode resultar em processos coletivos de aprendizado, fortalecimento e articulação (Emirbayer e Mische, 1998, apud Charão-Marques, Schimitt e Oliveira, 2017).

3.3.1 REDES EM TABATINGA (AM)

Nesse contexto, o grupo identificou, na entrevista com os representantes do setor de saúde municipal, a presença de uma governança em rede local materializada na figura do Gabinete de Gestão Integrada (GGI). Um gabinete de gestão integrada municipal pode ser definido como fórum que exerce funções deliberativas e executivas, formado por representantes dos diversos níveis do poder público e por membros das diversas forças de segurança pública e parceiros do setor privado e do terceiro setor que atuam no município.

Trata-se de uma estrutura interinstitucional, liderada pela Prefeitura de Tabatinga, cujos coordenadores são Secretários competentes pelo principal problema social a ser enfrentado. Sua origem remonta à pandemia de COVID, tendo como coordenador o Secretário de Saúde e, segundo o relato dos entrevistados, tem característica de gabinete de crise e, por isso, temporário. Desse modo, a prefeitura de Tabatinga, para o enfrentamento da seca severa, buscou replicar o modelo, restaurando o GGI sob a coordenação da Secretaria Municipal de Defesa Civil, mas com foco na mitigação dos graves problemas decorrentes dessa estiagem, portanto, com parâmetros distintos dos anos anteriores.

Tendo em vista que os entrevistados destacaram a necessidade de uma estrutura estável, que não passe a planejar as ações de contingência apenas quando a situação crítica já está imposta, e considerando os ciclos de estiagem e cheia (que nos últimos anos tem se mostrado mais severos, resultando em eventos climáticos extremos), propõe-se como pilar fundamental a reestruturação do Gabinete de Gestão Integrada para que se torne de caráter permanente, além da inclusão de atores fundamentais para o enfrentamento da crise de maneira coordenada.

Dentre os problemas mais críticos relatados tanto pelos entrevistados quanto nas reportagens acessadas, destaca-se a dificuldade de acesso aos programas e suas ações emergenciais para o enfrentamento da queda abrupta de renda decorrente dos efeitos sobre os rios, reduzindo a disponibilidade de pescado, dificultando acessos e locomoção, aumentando os custos logísticos e, conseqüentemente gerando um aumento expressivo da inflação local.

O único meio atual de acesso a esses benefícios é via Caixa Econômica Federal (CEF). No município de Tabatinga, cidade-polo da região do Alto Solimões, existe apenas uma agência que atende os 68 mil habitantes, incluindo 53 comunidades ribeirinhas (28 delas ficaram isoladas pela falta de viabilidade de navegação fluvial, principal meio de transporte da região). Além dessa agência, existem pequenas lotéricas nas cidades vizinhas que, se habilitadas, poderiam fazer esse tipo de operação, mas não realizam saques.

Conforme relatado, o saque dos benefícios sociais e emergenciais deve ser feito de maneira presencial, sem qualquer tipo de excepcionalidade, gerando um contingente enorme de pessoas nos dias em que os benefícios são liberados, resultando em filas que fazem os cidadãos passarem horas em condições degradantes. De acordo com alguns relatos, há casos de usuários que precisam passar mais de um dia na fila para conseguir a recomposição de renda por meio do saque do benefício. Ademais, o valor do transporte para deslocamento das comunidades ribeirinhas até o centro é elevado e se dá exclusivamente via barco. Em período normal, o valor é estimado em R\$ 45 cada trecho, e no período de estiagem, devido ao isolamento e aumento do custo do diesel, o valor do transporte está inflacionado, variando de R\$ 70,00 a R\$ 100,00 cada trecho, comprometendo ainda mais a renda das famílias, que já se encontram em situação de vulnerabilidade.

É interessante notar que, apesar de ser fundamental para solução do problema, os entrevistados afirmaram que não há representantes da Caixa Econômica Federal no GGI. Esta participou do Grupo Gestor quando da criação deste, no contexto da COVID, porém não participa atualmente. Nesse sentido, consideramos essencial ao seu funcionamento, a inclusão de um representante da CEF em sua composição em caráter contínuo.

De maneira complementar, o grupo identificou que em alguns casos, medidas emergenciais isoladas adotadas na região acabam sendo uma resposta de caráter mais político para expressar solidariedade do que uma solução que resolva os desafios enfrentados pelas comunidades ao longo de décadas. Embora essas ações ajudem a aliviar temporariamente a situação, não abordam a questão fundamental do acesso sustentável à água potável que as comunidades necessitam, por exemplo. É crucial que os entes federados relacionados ao território do recorte-problema desenvolvam um plano mais abrangente de ações, com ações integradas. No caso da estiagem, é preciso que essas ações facilitem efetivamente o acesso à água potável para todas as comunidades, bem como garantam o acesso às medidas de compensação de renda em situação de emergência.

Portanto, a ideia de incorporar o caráter permanente ao funcionamento do Gabinete de Gestão Integrada (GGI) advém da necessidade de adoção de medidas preventivas a fim de reduzir o impacto nas situações de estiagem. Além disso, a ampliação do seu escopo de atuação é importante por se tratar de problemas interdependentes, de modo que não é possível ignorar os períodos de enchentes dado seu caráter crítico tanto quanto ao de estiagens rigorosas. Há a compreensão de que a participação de representantes do Governo Federal e do Governo do Estado, é essencial para um alinhamento federativo das ações. Assim, o GGI Permanente de enfrentamento de Secas e Enchentes poderá estabelecer as diretrizes do Plano de Ação, como também utilizará sua capacidade de articulação e de geração de urgência para acelerar as ações com os diversos atores. Esse processo de institucionalização deve ser realizado com a brevidade que o contexto crítico impõe.

Uma vez que haja uma governança em rede estável, entende-se que é preciso formular e atualiza os Planos de Contingência semestrais, uma para o enfrentamento de seca e outro para enchentes. E focar em dois eixos principais: *i)* acesso à água de qualidade e; *ii)* garantia da alimentação e da manutenção da renda.

4 PLANO ESTRATÉGICO

4.1 ACESSO À ÁGUA DE QUALIDADE

Para o eixo água, propõem-se ações de curto prazo e de médio-longo prazo. As ações atuais têm tido caráter mitigatório emergencial com distribuições de galões de água (extremamente caro em algumas situações de isolamento, pois tem que ser levadas de helicóptero). Além disso, para reduzir o uso de água extremamente contaminada, a Defesa Civil iniciou ações de contenção de faixas de água para elevação temporária dos espelhos d'água que permanecem com a baixa dos rios, isolando uma área específica para contenção de fluxo hídrico, permitindo a utilização daquela água para fins de higiene por um curto período de tempo (em torno de três dias) e posterior retirada da contenção, para que essa água represada, que se torna “cinza” e imprópria para o reuso sem o devido tratamento, siga o fluxo do rio durante um dia inteiro (período em que em que a população não pode utilizar a água), para que seja possível sua renovação, reiniciando o processo ciclicamente. Trata-se de uma solução temporária e emergencial, que promove um acesso à água de baixa qualidade, de alto impacto ambiental e de viabilidade limitada, uma vez que o espelho d'água pode estar tão baixo que não permita qualquer contingenciamento.

Uma outra alternativa emergencial, seria garantir o abastecimento de água potável nas comunidades afetadas pela vazante dos rios, com a ampliação do projeto da Estação de Tratamento de Água Móvel (Etam). Uma vez que esse projeto, foi implantado pelo Governo do Estado do Amazonas, por meio da Defesa Civil, em um município distante 25 quilômetros de Manaus. A Etam, foi instalada em um barco especialmente equipado, que tem a capacidade de atender até 5.000 pessoas por dia com água potável. O purificador está instalado em uma embarcação que navega pelas águas das comunidades vizinhas, atendendo a diversas localidades ribeirinhas. Isso não apenas alivia a pressão sobre as fontes locais de água, mas também proporciona alívio imediato às comunidades que enfrentam a escassez de água. Porém, essa medida é extremamente pontual para suprir a necessidade em um momento de emergência.

Para um curto prazo identificou-se também que a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) desenvolveu uma tecnologia para tratamento da água em situações adversas que é a Solução Alternativa de Tratamento de Água com Zeólita (SALTA-Z). Por meio da implantação do sistema SALTA-Z a água bruta disponível na comunidade passa por um tratamento para garantir a potabilidade e a qualidade mínima exigida para o consumo humano. Em Tabatinga

essa tecnologia já tem sido implantada em algumas comunidades, em uma parceria desenvolvida entre Funasa e Defesa Civil, conforme relatado na entrevista que realizamos com servidores da secretaria municipal de saúde de Tabatinga. Uma possível parceria ampliada, entre Funasa e o poder público municipal, para cobertura integral, já que nem todas as comunidades possuem o SALTA-Z, num projeto piloto em todo o território coberto por Tabatinga e áreas adjacentes pode ser uma possível solução para modificar o estado precário das águas que ficam acessíveis a essas populações em períodos de estiagem, que devido à baixa concentração e fluxo acabam implicando em grave aumento de casos de doenças diarreicas, que consistem no primeiro tipo de intercorrência de saúde que aumenta durante esse período, segundo nossos entrevistados.

A terceira ação, de médio-longo prazo, ainda no eixo água de qualidade, visa garantir acesso e reduzir o impacto ambiental e se relaciona à construção de cisternas para captação pluvial na época das chuvas para estoque e utilização nos períodos críticos. O Brasil já é referência nesse tipo de intervenção de política pública no semiárido nordestino. Pensando em políticas públicas incrementais, sugere-se articulação com o Programa Cisternas, interrompido nos últimos anos, mas foi retomado pelo Governo Lula III. Somente na reformulação de dois acordos, com a Associação Programa Um Milhão de Cisternas (AP1MC), homologado pela Justiça em 18 de julho, e com a Fundação Banco do Brasil e BNDES, cujo aditivo foi assinado em 26 de julho deste ano, o Governo Federal recuperou R\$ 56 milhões que seriam perdidos por problemas de gestão relacionados ao governo anterior. Destaca-se que o programa começou a ser executado em 2003, atuando fortemente no semiárido brasileiro, mas expandiu para outras áreas do Nordeste e atualmente tem experiências em outros biomas, inclusive o Amazônico. Em 20 anos, foram construídas mais de 1,14 milhão de cisternas em todo o país, sendo que até 2016 foram entregues mais de um milhão de unidades³⁴

O Programa para ser aplicado na região do Alto Solimões pode ainda contar com recursos adicionais de outros parceiros como Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e da Cooperação técnica Brasil-Alemanha, coordenada, do lado brasileiro, pelo Ministério das Relações Exteriores, por meio da Agência Brasileira de Cooperação, e a cooperação financeira pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio da Secretaria de Assuntos Internacionais. Do lado alemão a cooperação é financiada pelo Ministério para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (BMZ) e, desde 2008, conta com

³⁴ <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/mds-retoma-programa-cisternas-com-investimento-de-mais-de-r-562-milhoes>

financiamento também pelo Ministério do Meio Ambiente, Conservação da Natureza e Segurança Nuclear (BMU), por meio da Iniciativa Internacional de Proteção do Clima (IKI). Essa cooperação é operacionalizada pela GIZ, agência alemã, que tem atuação no Brasil.³⁵

4.2 GARANTIA DA ALIMENTAÇÃO E DA MANUTENÇÃO DA RENDA

Para o eixo garantia da alimentação e da manutenção da renda, para o médio-longo prazo, propõe-se parceria com o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) para diversificação das atividades produtivas de subsistência com ampliação de cultivos, levando em consideração os ciclos de seca e enchente, que limitam o plantio. O MDA tem diversas iniciativas, tanto de Assistência Técnica Rural (ATER) quanto de fomento, incluindo de convivência com o Semiárido. A ATER busca viabilizar assistência técnica de forma gratuita, contínua e de qualidade, principalmente para o pequeno agricultor - àquele que não tem condições de contratar um serviço particular.

De modo a complementar a produção de pescado, focada na pesca artesanal e no manejo, propõe-se parceria com o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) para projetos na área de aquicultura com a criação de açudes. O MPA já tem histórico em apoiar a inovação na aquicultura, a geração de conhecimento e a criação de técnicas que aumentem a produtividade no cultivo de pescado, inclusive com a publicação de chamamentos públicos para financiar esses projetos³⁶. Salienta-se, no entanto, os cuidados necessários para implementação, tendo em vista que a cultura local é de pesca artesanal e que todo cuidado com o equilíbrio ecológico, evitando-se a inserção de espécies exóticas. Ressalta-se, ainda, que cheias podem inviabilizar açudes em algumas regiões. Um estudo muito cuidadoso de viabilidade técnica-ambiental precisa ser conduzido antes de qualquer intervenção. Há questões culturais relacionadas ao entendimento do trabalho e do sabor do peixe que também precisam ser consideradas.

Além das propostas de articulações entre MDA e MPA para o eixo garantia da alimentação e manutenção de renda, pensamos na necessidade de fomentar as potencialidades do próprio território. Nessa perspectiva, identificamos que está situado em Tabatinga um campus do Instituto Federal do Amazonas (IFAM), autarquia federal de ensino que tem como missão promover com excelência a Educação, Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento sustentável da Amazônia³⁷. Os institutos federais, além de atuarem na perspectiva do ensino,

³⁵ <http://www.abc.gov.br/projetos/cooperacao/recebida/brasilemanha>

³⁶ <https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/noticias/r-10-milhoes-para-bons-projetos-de-aquicultura>

³⁷ <http://www2.ifam.edu.br/instituicao/missao-e-visao>

promovem também a pesquisa e extensão no intuito de desenvolver os territórios nos quais estão inseridos.

No IFAM tem institucionalizado o Núcleo de Pesquisa Aplicada em Pesca e Aquicultura (NUPA)³⁸, com subnúcleo no IFAM/*campus* Tabatinga, que tem como objetivo auxiliar o Ministério da Educação MEC/SETEC e o Ministério da Pesca e Aquicultura na condução e gestão da Política para a Formação Humana na Área da pesca Continental e Aquicultura Familiar, competindo-lhe:

- i. orientar políticas em Ciência, Tecnologia & Inovação que visem ao desenvolvimento sustentável da pesca e aquicultura no Estado do Amazonas;
- ii. otimizar o uso das capacidades institucionais e organizacionais existentes através da articulação entre os pescadores e aquicultores familiares e as entidades relacionadas aos setores pesqueiros e aquícola, a fim de possibilitar a geração de emprego, aumento de renda e inclusão social das comunidades pesqueiras do Estado do Amazonas;
- iii. estabelecer mecanismos e instrumentos de articulação entre os órgãos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e outras entidades federais, estaduais, nacionais e estrangeiras de relevância para a implementação da Política para a Formação Humana na Área da Pesca Continental e Aquicultura Familiar;
- iv. criar instrumentos que promovam a transferência de tecnologia gerada ou adaptada no Estado aos setores pesqueiros e aquícola.

O NUPA desenvolve formação técnica para as comunidades pesqueiras, realiza pesquisas científicas e atua um agente de articulação para programas estaduais e federais voltados à área de pesca e aquicultura familiar. Destaca-se que o NUPA também vem contribuindo com a disseminação de conhecimento prático por meio da elaboração de guias temáticos: Guias Temáticos do NUPA NORTE 1, tem como objetivo orientar a comunidade externa nas áreas pesca, aquicultura e processamento e produtos de pescado; Guia Temático Aquicultura e Guia Temático Muito Além do Peixe Frito que orienta como potencializar o uso dos pescados para diversificar renda. Neste contexto, entendemos que o NUPA é um importante ator para a rede de governança proposta nessa atividade.

³⁸ <http://www2.ifam.edu.br/pro-reitorias/extensao/procx/programas/nupa>

No IFAM-*campus* Tabatinga, são ofertados cursos técnicos nas áreas de administração, agropecuária, informática, meio ambiente e recursos pesqueiros. Partindo da análise da oferta desses cursos, e, pensando ainda no eixo garantia e manutenção de renda, observa-se um ambiente fértil para o desenvolvimento de ações de qualificação voltadas para as comunidades ribeirinhas, tanto para potencializar as atividades econômicas já existentes, como na propositura de outras atividades, de modo a dinamizar e flexibilizar a renda da comunidade local, considerando os períodos de secas e estiagens e, respeitando os aspectos culturais da localidade. Infelizmente, por meio de consulta ao site institucional, não foi possível observar quais projetos o IFAM-*campus* Tabatinga já desenvolve junto às comunidades ribeirinhas.

Consideramos que o potencial do IFAM deve ser apropriado pela rede de governança proposta, de modo que a academia também esteja em espaços de decisões de políticas públicas, assim, sugerimos que o GGI tenha representação permanente do IFAM/*campus* Tabatinga. Outra possibilidade, é o apoio do IFAM a redes comunitárias, numa esfera mais voltada à sociedade civil, como redes de agricultura familiar, redes de pescadores, redes de finanças solidárias, dentre outros que possam ser criadas, com o intuito de apoio técnico e pedagógico quando necessário.

Já no curto prazo, identificou-se um caso interessante de monitoramento de pescado em comunidades ribeirinhas do Baixo Amazonas que pode ser referência para o manejo do Alto Solimões. A SAPOPEMA conseguiu montar um sistema de monitoramento da produção de pesca artesanal junto às comunidades, por meio de registro da informação com os ribeirinhos, coleta e tratamento desses dados pelos pesquisadores da entidade. As informações são compartilhadas com as comunidades e orientam o manejo da pesca.

Para acessar melhor, a SAPOPEMA também criou cartilhas, incluindo material dedicado e específico para cada uma das 14 comunidades em que atua. Esse modelo pode ser apresentado ao GGI para que se verifique a existência de algum ator local que tenha características de conhecimento na área e possa desenvolver ações de monitoramento. Novamente, citamos a OTCA e a GIZ como possíveis financiadores do projeto. O Instituto Federal do Amazonas (Campus Tabatinga) pode ser o articulador da iniciativa.

Adicionalmente, pensou-se que os dados coletados podem ser cruzados com informações do fluxo dos rios e aumento das temperaturas ambiental e fluvial, permitindo que se aplique, por meio de inteligência artificial, predição inteligente para melhor orientação e maior precisão quanto ao manejo e aos riscos de redução drástica do pescado. As redes de ICT

do Brasil especializadas no tema de IA poderiam ser importantes parceiros. Inicialmente poderia ser feito um painel de monitoramento no IFAM local, mas a informação poderia ser customizada para os líderes das comunidades ribeirinhas, em plataforma interativa, de linguagem acessível e fácil manuseio. O acesso à renda complementar é uma questão essencial no período de seca. De modo geral, essas populações são totalmente dependentes da pesca para alimentação própria e geração de excedente para composição de renda, em uma margem muito limitada em condições normais dos fluxos fluviais.

Apesar de termos identificado durante o processo de discussão do recorde do problema ações do Governo Federal para mitigar a redução drástica de renda na região, com modificações no pagamento do Bolsa Família e do BPC³⁹, além da liberação antecipada do seguro defeso (que em condições normais tem função de complementar a renda para viabilizar a pesca sustentável com o manejo adequado da pesca), percebemos que há um grande gargalo de acesso aos benefícios. A questão aqui é essencialmente de logística e de ponto de retirada dos saques.

Salienta-se que mais da metade das comunidades ficaram isoladas no auge da seca deste ano, quando o recurso adicional foi liberado. Além da dificuldade de acesso, dos custos adicionais de viagem até o município de Tabatinga, único do polo regional com agência da Caixa ou dos municípios adjacentes que possuem lotérica (estrutura mais limitada ainda), não houve qualquer organização dessas populações para um saque programado (divisão de grupos). O efeito foi devastador: centenas de pessoas em filas, em calor extremo, com qualidade do ar muito prejudicada pelo aumento exponencial de queimadas na região, dezenas de mães com crianças de colo para tentar um atendimento preferencial, todos sem proteção devida (apesar de esforços das secretarias em providenciar tendas). A não participação da CEF no GGI piorou certamente a situação. Se houvesse uma ação coordenada, talvez houvesse ideias e tempo para responder à demanda sem tantos transtornos, por isso sua inserção definitiva no corpo do gabinete foi considerada por nós como essencial.

No sentido de mitigar essas intercorrências, no curto prazo, sugere-se a formação de grupos de atendimento por turno e dias específicos (ao menos 3 dias de programação), baseada no CadÚnico, com comunicação por WhatsApp aos beneficiários que têm acesso a aparelhos móveis e envio de listagem geral ao líder comunitário de cada uma das 53 comunidades ribeirinhas, para divulgação via rádio (principal canal de comunicação de grande parte das comunidades). Isso mitigará a extensão das filas, apesar de não resolver o problema.

39 <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2023/10/5131106-governo-libera-bolsa-familia-e-bpc-para-seca-na-amazonia.html>

Entendemos também que nesses períodos críticos a CEF deve aumentar seu contingente de atendentes. Sugere-se que um adicional seja concedido para servidores que se disponham a fazer parte do mutirão. Trata-se de uma situação de emergência e, como banco público, faz parte da missão da CEF atuar potencializando as políticas públicas.

Considerando as dificuldades enfrentadas pelas populações ribeirinhas em situação de crise proveniente da estiagem, com aumento do preço dos produtos e serviços devido à dificuldade de acesso à região pelas barreiras à locomoção, e diante da situação precária vivenciada por essas comunidades para sacar os benefícios monetários disponibilizados pelo governo, outra solução possível é reduzir a necessidade de locomoção dos ribeirinhos ao centro de Tabatinga para ter acesso ao dinheiro em espécie para possibilidade de suas trocas financeiras. Para isso, uma iniciativa possível, que pode ser estimulada pela esfera governamental, porém seu desenvolvimento é integralmente viável de realização pelas próprias comunidades, consiste em ações de finanças solidárias, sobretudo os fundos rotativos solidários.

Tais iniciativas são oriundas de uma gama maior de ações provenientes da Economia Solidária, que procura resgatar a função primordial de troca que o dinheiro possui, e não de valor em si mesmo, tornando possível o desenvolvimento de ferramentas de Finanças Solidárias mais compatíveis a realidade das famílias, principalmente em contextos de populações mais isoladas, em situação de vulnerabilidade e que muitas vezes são excluídas ou exploradas pelo sistema financeiro convencional.

Mas afinal o que são finanças solidárias? Antes mesmo dos conceitos de finança modernos, nas organizações das sociedades indígenas e outras comunidades tradicionais, as práticas de trocas justas sem a finalidade do lucro já existiam e servem de inspiração para muitas soluções de finanças solidárias que encontramos hoje, tais como os fundos solidários, a prática dos mutirões, os clubes de troca, entre outras iniciativas. Conforme discutido na Conferência Temática Economia e Democracia: Políticas de Financiamento, Finanças Solidárias e Ambiente Institucional para a Economia Solidária, realizada em abril de 2014, na cidade de São Paulo:

Ao falarmos de finanças solidárias, estamos rearticulando as ferramentas financeiras às noções de desenvolvimento, território, dinâmicas locais e organização comunitária. Dessa forma, essas iniciativas apontam o caráter sistêmico da Economia Solidária na produção de um ciclo virtuoso entre os agentes locais ao articular as dinâmicas sociais e econômicas segundo os princípios da democracia e da igualdade (Conferência Temática Economia e Democracia: Políticas de Financiamento, Finanças Solidárias e Ambiente Institucional para a Economia Solidária, p. 5, apud LAPORTE; FAZIO, 2017, p. 15)

Ao falar em rearticulação das ferramentas financeiras, o objetivo é chamar atenção para o fato de que tais ferramentas já estão articuladas hoje em dia, porém em benefício do sistema financeiro, através dos bancos e grandes empresas. Vide o fato de que em situações de maior vulnerabilidade, vivenciado tanto no período da COVID quanto agora em período de estiagem extrema, o preço dos itens de subsistência é altamente inflacionado, justamente quando as populações têm menos acesso a recursos financeiros. Portanto, a centralidade das ferramentas financeiras convencionais está no lucro, enquanto a centralidade das finanças solidárias está no ser humano e suas necessidades.

Ademais, o sentido de rearticular as ferramentas financeiras às noções de desenvolvimento, território e dinâmicas locais consiste justamente em focar no desenvolvimento local, associado às dinâmicas locais, à organização da comunidade de forma a responder suas demandas concretas. Portanto, o conceito de finanças solidárias torna-se primordial para a quebra de preconceitos em relação às populações mais pobres, como comunidades que não possuem capacidades próprias e são altamente dependentes de iniciativas externas, retomando a perspectiva de que os territórios são permeados por relações econômicas que devem ser compreendidas e rearticuladas em prol do desenvolvimento comunitário. Ao estimular a retomadas de tais articulações internas, as iniciativas solidárias também possuem um caráter pedagógico importante, pois ao participar de iniciativas de finanças solidárias, as pessoas têm a possibilidade de compreender melhor a dinâmica da economia local, em detrimento do sistema financeiro convencionais, possibilitando uma visão mais crítica e uma redução das armadilhas financeiras que endividam grande parte da população mais vulnerável.

Seguem algumas alternativas possíveis, conforme explicações presentes no material “Encantar a vida com as finanças solidárias”, produzido pela Caritas Brasil, através do Instituto Marista de Solidariedade:

- **Clubes de troca:** espaço de trocas de produtos, serviços e saberes. A proposta é que cada participante possa satisfazer suas necessidades sem utilizar o dinheiro. Para isso, a maioria dos clubes utiliza uma moeda social para realizar as suas trocas, mas em alguns casos funcionam sem moeda. Nesses espaços, os consumidores se encontram para satisfazer suas necessidades, trocando, por exemplo, roupas, alimentos, sabão, corte de cabelo, serviço de jardinagem, artesanato etc.

- **Fundos rotativos solidários:** ferramentas utilizadas pelas comunidades para solucionar, a partir de seus próprios recursos, as dificuldades encontradas coletivamente e individualmente. São experiências econômicas que existem há muitos anos e que tiveram grande impulso a partir da década de 1980. Recentemente, os fundos foram associados com as experiências no Nordeste, que permitiram a construção de milhares de cisternas no semiárido. Segundo levantamento da Caritas Brasileira (realizado de 2010 a 2012), existem mais de mil experiências de fundos rotativos solidários em todo o Brasil. A maioria delas se encontra na região Nordeste (68%), mas existem em todo o país. Os fundos rotativos solidários são, principalmente, uma forma das comunidades empobrecidas terem acesso a crédito, que, além de burocratizado pelas instituições financeiras convencionais, é praticamente inacessível devido aos altos juros e à necessidade de ter patrimônio como garantia. Para construir um fundo, as pessoas unem seus recursos, formando um “caixinha comum”. Como o caixa é da própria comunidade, as pessoas têm interesse em devolver o recurso que tomaram emprestado, pois ele será usado por outras pessoas. O caráter comunitário se dá principalmente pela gestão comunitária dos recursos. As formas de pagamento são flexíveis e adequadas ao contexto e à pessoa que solicitou o crédito, que pode ser pago, por exemplo, em materiais, trabalho, sementes, cabras, etc. Portanto, tais fundos ocorrem a partir das necessidades e organização próprias daquela comunidade, por meio da autogestão.
- **Cooperativas de crédito solidário:** são instituições financeiras aceitas pelo Banco Central que funcionam de forma cooperativa, como associação de pessoas, ao contrário de empresas, que são associação de capital. Nascidas de articulações com movimentos sociais, em especial agricultores familiares, as cooperativas de crédito solidário se diferenciam das cooperativas de crédito tradicionais por duas características principais: a democracia interna, baseada nos princípios da solidariedade e da autogestão, e o foco no desenvolvimento local das comunidades onde estão inseridas, uma vez que compreende-se a necessidade de democratização do acesso ao crédito, de modo que este possa se tornar um vetor do desenvolvimento comunitário.
- **Bancos comunitários:** são instrumentos para reorganizar a economia de uma determinada comunidade, estimulando a produção de grupos locais e o consumo das(os) produtoras(es) e comerciantes locais. Essa estratégia leva em conta que as comunidades populares estão empobrecidas porque a renda de cada pessoa não circula na comunidade. O dinheiro que cada

um(a) tem é gasto, em geral, nas grandes redes de distribuição de produtos, como os supermercados, e na compra de produtos de grandes empresas, ou com outros atores econômicos que não são os produtores da comunidade.

Bancos comunitários são serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária. Seu objetivo é promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo. Baseia-se no apoio às iniciativas da economia popular e solidária em seus diversos âmbitos, como de pequenos empreendimentos produtivos, de prestação de serviços, de apoio à comercialização e o vasto campo das pequenas economias populares (Banco Palmas, apud LAPORTE; FAZIO, 2017, p. 15).

Considerando o contexto de vulnerabilidade enfrentado pela população ribeirinha nesse período de estiagem extrema, para esse momento mais emergencial, as iniciativas mais viáveis seriam os clubes de troca, para troca de alimentos e demais materiais de necessidade mais urgentes e possíveis de troca na comunidade, e os mutirões, principalmente pensando em construção de açudes e cisternas. Já como uma forma de gerar resiliência para ocorrências futuras, sugere-se a iniciativa de fundos rotativos solidários, para o fortalecimento da economia comunitária. Conforme tal iniciativa for amadurecendo, é possível pensar em iniciativas como banco comunitário, buscando troca de experiências de outras comunidades. Tais iniciativas podem ter apoio do Governo Federal através de descentralização de recurso para o município ou para organizações da sociedade civil local, por meio de convênios com a Secretaria Nacional de Economia Solidária, do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

*O povão inteligente
Como riacho nascente
Descobriu um novo curso
Pensou assim:
Se fazemos mutirão para construir açude, casa e
Cisterna
Por que então não se unir na formação de um fundo
Para onde todo mundo
Ao carecer, possa ir
Então, pensou-se num Fundo Rotativo Solidário
Onde todos colocassem
Um pouco, mas necessário
Para o dinheiro ir crescendo
Depois voltar só correndo
O grupo depositário*

(Cordel do Fundo solidário, trecho do Poema de Manoel Monteiro.
Ver vídeo: Cordel do Fundo Solidário:
Produzindo Riquezas e Saberes, junho 2008, apud LAPORTE; FAZIO, 2017, p. 22)

Para melhor visualização, o plano estratégico encontra-se descrito no Quadro 1, abaixo.

Quadro 1 – Detalhamento do plano estratégico estruturado pelo grupo LideraLovers, 2023.

PLANO ESTRATÉGICO					
Eixo	Objetivos	Ações	Responsável	Parcerias	Prazo
ACESSO À ÁGUA DE QUALIDADE	Tratar a água insalubre de maneira simples, rápida e econômica.	Implantação da tecnologia social desenvolvida pela Funasa para tratamento de água em situações adversas e ampliação do projeto da Estação de Tratamento de Água Móvel (Etam)	Prefeitura Municipal de Tabatinga	Funasa Defesa Civil	3 meses
	Garantir estoque de água límpida e tratável ao longo do período de guarda.	Construção de cisternas para captação pluvial na época das chuvas para estoque	Gabinete de Gestão Integrada (GGI) Prefeitura Municipal de Tabatinga	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) Associação Programa Um Milhão de Cisternas (AP1MC) Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) da Cooperação técnica Brasil-Alemanha (via GIZ)	1 ano

GARANTIA DA ALIMENTAÇÃO E DA MANUTENÇÃO DA RENDA	Redução de filas para retirada de benefícios	Atendimento segmentado por grupos de atendimento por turno e dias específicos, com comunicação por WhatsApp e rádio aos beneficiários/líderes de comunidades	MDS Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS)	Caixa Econômica Federal (CEF)	3 meses
		Aumento do número de funcionários de modo temporário e pareado com a programação de saques de benefícios (programa de adicional por situação de emergência)	CEF		6 meses
	Promoção de autonomia produtiva e financeira da economia local	Ações de finanças solidárias, sobretudo clubes de troca e os fundos rotativos solidários	Organizações da Sociedade Civil Prefeitura Municipal de Tabatinga	Secretaria Nacional de Economia Solidária Ministério do Trabalho e Previdência (SENAES/MTP)	6 meses (clubes de troca) a 1 ano (fundo rotativo)
	Equilíbrio da produção de pescado ao longo do ano.	Projetos na área de aquicultura com a criação de açudes	Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)	IFAM (via NUPA)	3 anos
	Monitoramento sistemático e com possibilidade de aplicação de ciência de dados para tomada de decisão orientada	Sistema de monitoramento da produção de pesca artesanal junto às comunidades	IFAM (NUPA) MPA	OTCA GIZ	3 anos
	Diversificação das atividades produtivas de subsistência e cursos de qualificação.	Programa assistência técnica para ampliação de cultivos de circuitos curtos adequados para a cultura e clima da região.	Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA)	EMATER (por meio da ATER) IFAM	3 anos

4.3 RISCOS

Segue, abaixo, a matriz de riscos à viabilidade e exequibilidade das soluções propostas.

Quadro 2 – Descrição dos riscos à viabilidade e exequibilidade, identificados pelo grupo LideraLovers, 2023.

MATRIZ DE RISCOS					
Descrição do risco	Consequência	Probabilidade	Impacto	Ações de resposta	Responsável
Baixa capacidade de articulação multinível (entre entes federativos e entre instituições de origens distintas)	Implementação parcial ou inviabilizada	Média	Baixa transformação social e enfrentamento da seca extrema limitado	Atuação mais presente da Casa Civil ou de órgão da Administração Direta Treinamento de agentes públicos em abordagens de rede e em implementação de políticas públicas (governança, nível de rua e avaliação de riscos e desigualdade)	Gabinete de Gestão Integrada Permanente (GGIP) Casa Civil Escola Nacional de Administração Pública (ENAP)
Desmobilização após amenização do nível de gravidade da seca	Diminuição do engajamento dos responsáveis e parceiros	Alta	Queda no nível de priorização, falta de visibilidade da população local no nível nacional e saída da agenda política de alto nível	Plano de comunicação assertivo Manutenção dos contatos com a mídia de ampla circulação; Periodicamente levantar o tema junto à população local por meio dos grupos de WhatsApp;	GGIP Casa Civil Governo do Estado do Amazonas Secretaria de Comunicação Social (SECOM)

Indisponibilidade de recursos	Implementação parcial ou inviabilizada	Média	População local em situação similar no próximo evento extremo	Sensibilização de atores relevantes relacionados à orçamentação, além do mapeamento de fundos nacionais e internacionais e de seus operadores.	GGIP Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO)
Distorção e uso político por meio de narrativas falaciosas, especialmente em anos eleitorais	Diminuição do engajamento dos responsáveis e parceiros	Alta	Público-alvo desorientado e falta de apoio da opinião pública, dificultando a transformação social e territorial	Plano de comunicação incluindo ações específicas para esclarecimentos sobre mudanças climáticas, seus impactos e combate às Fake News.	GGIP SECOM
Movimento migratório não programado e não contabilizado nos custos operacionais	Resposta insuficiente, especialmente quanto ao atendimento de saúde pública	Alta	Aumento da espera por atendimento na saúde pública, falta de insumos e medicamentos. População migrante e local não assistida adequadamente.	Alteração da forma de repasse de recursos do SUS aos sistemas locais e estaduais de modo que cubra os movimentos migratórios. Criação de sistema de registros por ID estrangeiro, passaporte e coleta biométrica; Articulação com o Ministério da Justiça para melhor enfrentamento do desafio migratório e também com instituições atuantes no tema como o ACNUR	GGIP Ministério da Saúde Secretaria Municipal de Saúde de Tabatinga

Levando-se em consideração que o plano de ação prevê a atuação de diversos atores governamentais, haverá a necessidade de descentralização da operação e, conseqüentemente, de recursos, o que pode gerar desvios. Historicamente, há, nos momentos de crise, um cenário propício para desvios e corrupções. Como exemplo recente, temos os diversos problemas relatados com as contratações realizadas durante a pandemia de COVID-19, além da distribuição de benefícios para muitos que não teriam direito a recebê-los.

Para a atuação de uma rede, deve-se levar em consideração possíveis dificuldades de “ONGs” efetuarem um trabalho coordenado, por limitação de recursos - financeiros e humanos. Por esse motivo, é relevante manter um mapeamento de instituições que podem contribuir nos momentos de crise, inclusive convidando-as a participar do GGI, ainda que não oficialmente. Entendemos que a participação da comunidade, ainda que indiretamente, é de extrema relevância para compreensão dos problemas e a busca de soluções.

Em relação à politização do problema e da solução, verifica-se que em momentos de crise, é comum aparecerem narrativas que distorcem o problema ou a solução, de modo a beneficiar ou prejudicar grupos políticos. A partir de outro ponto de vista, há ainda o risco de que eventuais verbas orçamentárias extraordinárias sejam utilizadas em prol de uma determinada comunidade, ainda que outras estejam efetivamente mais necessitadas. como forma de políticos se fortalecerem na localidade.

Quanto ao risco migratório, devido ao município que atende “melhor”, receber a população de outros municípios/países que deixam a desejar no gerenciamento da crise. Nesse sentido, e de acordo com os entrevistados da SMS de Tabatinga, a cidade enfrenta alguns problemas pontuais, por estar em região de fronteira. Por exemplo, por fazer fronteira com outros países, que não possuem um sistema de saúde estruturado, e gratuito, como o SUS, há um enorme número de moradores dos outros países que buscam o atendimento de saúde em Tabatinga. Deste modo, ainda que haja um planejamento em cima de números oficiais do IBGE, é difícil prever a real população que buscará o suporte oferecido pelo município.

5 PLANO DE COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA

Encontra-se descrito abaixo o plano de comunicação estratégica definido (Quadro 3). Entende-se que devem ser criados dois eixos de comunicação: pelo Gabinete de Gestão Integrada (GGI) e pela Rede.

Através do GGI, a estratégia de comunicação será fundamental para que o problema chegue aos atores federais decisórios, tais como os Ministérios envolvidos nas ações. E a Rede, há necessidade de trabalhar para que a informação chegue no usuário final, que muitas vezes não vai ter, por exemplo, acesso à internet ou TV.

Assim como na parte da entrega de benefícios e de suprimentos, a comunicação direta com o cidadão encontrará um grande desafio relacionado à logística. No município de Tabatinga, são 53 comunidades, sendo que 28 comunidades ficaram completamente isoladas por conta da estiagem na região.

Como pontos positivos para as ações de comunicação, destaca-se a existência de rede acessível de internet em todas as comunidades. Além de pontos de internet nas escolas, no quais existem em todas essas comunidades, e o sinal é compartilhado com a população local.

Em contraponto, a maioria não possui aparelho de telefone, smartphone, tablet ou computador com internet, além de não terem letramento digital, ou possuem dificuldade com linguagem escrita, apesar de alfabetizados.

Deste modo, é necessária uma atenção especial aos canais de comunicação que serão estabelecidos para disseminação de informações importantes, levando em consideração, por exemplo, mensagens via WhatsApp por áudio, que serão mais facilmente e rapidamente entendidas e divulgadas pela comunidade, sem precisar que uma terceira pessoa seja envolvida para ler e responder à mensagem.

Foi identificado na entrevista realizada com coordenadores da saúde em Tabatinga (AM), que o principal meio de comunicação utilizado nas comunidades são as rádios, que concedem espaço para que profissionais e autoridades se comuniquem com a população, como também é o meio em que a população tira dúvidas, fazem reclamações e reivindicações. E dessa maneira a disseminação de informação é mais efetiva para as famílias que estão passando pelo problema de estiagem, sobretudo aquelas que estão em isolamento. E fortalecer essa estratégia de serviço de radiodifusão comunitária seria essencial para promover a participação social, democratizar o acesso à informação e ainda levar entretenimento.

Quadro 3 – Descrição das estratégias de comunicação definidas pelo grupo LideraLovers, 2023.

PLANO DE COMUNICAÇÃO				
Estratégia	Recurso / Mídia	Público-alvo	Responsável	Prazo estimado
Articulação governamental, no âmbito municipal, para discussão sobre propostas apresentadas e elaboração de plano de ação dentro do que for considerado viável	Reuniões (virtuais/presenciais) E-mail institucional Material gráfico revisado com informativo sobre propostas	Gestores e servidores públicos do município de Tabatinga	Prefeitura Municipal de Tabatinga	3 meses
Articulação governamental, no âmbito federal, por intermédio da Casa Civil e Ministério de Desenvolvimento Regional, com demais Ministérios envolvidos no problema de estiagem, como Ministério da Saúde (FUNASA), Ministério da Pesca e Aquicultura, Ministério do Meio Ambiente, MDS, MDA, MTP.	Reuniões (virtuais/presenciais) E-mail institucional Material gráfico revisado com informativo sobre propostas	Gestores e servidores públicos do Governo Federal com ações relacionadas à mitigação dos efeitos da estiagem na região do Alto Solimões	Casa Civil Ministério de Desenvolvimento Regional Ministério da Pesca e Aquicultura Ministério da saúde	6 meses – 1 ano
Articulação junto a possíveis parceiros públicos e privados, Organismos Não Governamentais	Reuniões (virtuais/presenciais) E-mail institucional Oficinas de planejamento integrado	GIZ OTCA EMATER	MS, MDS, MDA	1 ano
Ampliar o serviço de Radiodifusão Comunitária, a fim de democratizar o acesso à informação.	Publicações de editais	Fundações e associações sem fins lucrativos	Ministério da Comunicações	6 meses

Informar para comunidade sobre a disponibilização de meios de tratamento de água	Rádio Mensagens curtas via WhatsApp Cartazes didáticos Palestras nas Escolas	População ribeirinha	Secretaria Municipal da Saúde de Tabatinga Ministério da Saúde Defesa Civil do Amazonas Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Perene
Comunicar as formas de obtenção de benefícios sociais governamentais, com detalhamento sobre tais beneficiados, meios de acesso, horários, documentos necessários,	Radio comunitárias Mensagens via WhatsApp por meio de mensagem de textos e áudios Mensagens via SMS	População ribeirinha	GGIP	Perene (iniciar em 1 mês)
Comunicação sobre distribuição de suprimentos em períodos emergenciais, como por exemplo água, medicamentos e comida	Radio comunitárias Mensagens via WhatsApp por meio de mensagem de textos e áudios Mensagens via SMS	População ribeirinha	Prefeitura Municipal de Tabatinga (AM) Secretaria Estadual do Amazonas	Período enquanto dure a estiagem
Comunicação de risco através de sistemas de alertas para as comunidades ribeirinhas se precaver perante período de estiagem	Rádios comunitárias Alertas via WhatsApp por meio de mensagem de textos e áudios Mensagens via SMS	População Ribeirinha	Defesa Civil Local	De 1 a 3 meses antes ao período de seca
Campanhas educacionais para o uso racional da água	Rádios comunitárias Alertas via WhatsApp por meio de mensagem de textos e áudios Palestras nas escolas e nas comunidades	População Ribeirinha	Prefeitura Municipal de Tabatinga	Todos os meses do ano

6 CONCLUSÃO

A presente pesquisa buscou realizar uma análise crítica sobre os impactos causados pela estiagem dos rios, nas comunidades ribeirinhas, do município de Tabatinga-AM, a fim de evidenciar as principais dificuldades vivenciadas pela população ribeirinha local e a partir dessa análise avaliar estratégias para mitigar o problema e propor soluções inovadoras futuras.

Foram levantadas como principais dificuldades: falta de acesso à água potável para consumo; dificuldade para obtenção de alimentos devido a impossibilidade das principais atividades econômicas (pesca artesanal e agricultura familiar); dificuldade de transporte e deslocamento, devido à dependência dos rios e ao elevado custo do transporte, elevando o custo de vida e dificultando o acesso aos benefícios sociais, além do total isolamento de várias comunidades ribeirinhas.

Tais evidências, foram confirmadas por meio de entrevista com os Coordenadores da Secretaria de Saúde Municipal de Tabatinga (AM).

A partir da delimitação do problema, partiu-se para a reflexão sobre possíveis estratégias para mitigá-lo. Inicialmente, foram elencadas algumas iniciativas do Governo Federal tanto daquelas que existem para outros contextos e poderiam ser adaptadas para a região, quanto de iniciativas que já existem para região mais que podem ser ampliadas para atender a todas as 53 comunidades ribeirinhas da região do Alto Solimões.

Em seguida, trouxemos como guarda-chuva metodológico a atuação em rede, tanto no âmbito governamental, quanto no âmbito comunitário. No âmbito governamental, a principal proposta consiste em transformação do Gabinete de Gestão Integrada – GGI, do município de Tabatinga (de caráter transitório atualmente), em um Gabinete de Gestão Integrada Permanente – GGIP, com inclusão de novas parcerias que possam contribuir com o planejamento e execução de ações de mitigação de crises, sobretudo da Caixa Econômica Federal, e da unidade Instituto Federal do Amazonas (IFAM) de Tabatinga.

Isto posto, o Planejamento Estratégico foi desenhado a partir de dois grandes eixos:

- 1) Acesso à água de qualidade: com ações visando a ampliação de programas de tratamento de água, com destaque para o projeto Estação de Tratamento de Água Móvel (Etam) e o projeto Solução Alternativa de Tratamento de Água com Zeólita (SALTA-Z).
- 2) Garantia de Alimentação e Manutenção de Renda: com ações que focam em realização de parcerias para qualificação e planejamento das atividades econômicas principais (pesca e agricultura) ao longo do ano, de modo a buscar maior resiliência

e a momento de crise, através de parceria para fornecimento de Assistência Técnica Rural (ATER – MDA); instalação de açudes para aquicultura (MPA), e formação técnica de comunidades pesqueiras (IFAM). Além disso, também foram pensadas em ações para redução das filas para retirada dos benefícios sociais governamentais (Bolsa Família, Seguro Defeso, BPC), com sugestão de formação de grupos de atendimento por turno e dias específicos, além de ampliação da equipe da Caixa Econômica Federal, com fornecimento de adicional de serviço para os servidores que se interessem pela ação. E por fim, ações de fomento à autonomia produtiva e financeira da economia local das comunidades ribeirinhas, com o incentivo a ações de finanças solidárias, sobretudo clubes de troca e fundos rotativos solidários.

Foram então previstos os possíveis riscos que podem comprometer a execução do planejamento proposto, com destaque para:

- Baixa capacidade de articulação multinível (entre os entes federados e instituições);
- Desmobilização após amenização do nível de gravidade da seca;
- Indisponibilidade de recursos;
- Distorção e uso político por meio de narrativas falaciosas;
- Movimento migratório não programado e não contabilizado nos custos operacionais.

Para cada risco, foram pensadas em consequências, probabilidade de ocorrência, e possíveis impactos gerados, além de possíveis ações de resposta e responsável por tais ações.

Por fim, considerando tanto o plano estratégico proposto, quanto os possíveis riscos, foi trabalhada uma proposta de plano de comunicação estratégica, com estratégias de articulação e mobilização junto aos principais *stakeholders* institucionais (governo municipal, federal e parceiros), e posteriormente de comunicação junto aos beneficiários, visando utilizar os meios de comunicação mais acessados pelas populações ribeirinhas do Alto Solimões, com utilização de linguagem simples e acessível, visando ampliar os canais de diálogo e obtenção de informações para o bom andamento das atividades.

Conclui-se que, diante de todas as dificuldades levantadas e das possíveis soluções, o principal desafio é uma resposta governamental de forma articulada – ou seja, com a integração da gestão federal, estadual e municipal com foco principalmente na população ribeirinha durante todo período do ano, com garantia dos recursos planejados, e não apenas, nas ações emergenciais, quando o assunto consegue alcançar repercussão nacional e pautar a agenda política de alto nível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Nações Unidas, Brasil. O que são as mudanças climáticas. Disponível em:
<<https://brasil.un.org/pt-br/175180-o-que-s%C3%A3o-mudan%C3%A7as-clim%C3%A1ticas>>

CAMPOS, T. L. O. B.; DOS SANTOS, A. P. P. Frequências dos eventos extremos de seca e chuva na Amazônia utilizando diferentes bancos de dados de precipitação. Revista Brasileira de Geografia Física, v. 10, n. 2, p. 468-478, 2017.

CASTRO, M. Rio Negro tem pior seca da história ao atingir 13,59 metros em Manaus. G1. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2023/10/16/manaus-registra-a-pior-seca-da-historia-com-nivel-do-rio-negro-em-1359-metros.ghtml>. Acessado em: 16/11/2023.

CHARÃO-MARQUES, F; SCHIMITT, C. J.; OLIVEIRA, D. Agências e associações nas redes de agroecologia: práticas e dinâmicas de interação na Serra Gaúcha e na Zona da Mata mineira. Século XXI, Revista de Ciências Sociais, v. 7, n. 1, p. 15-42, jan.-jun., 2017.

ESPINOZA, J. C.; MARENGO, J. A.; RONCHAIL, J.; CARPIO, J. M.; FLORES, L. N.; GUYOT, J. L. The extreme 2014 flood in south-western Amazon basin: the role of tropical-subtropical South Atlantic SST gradient. Environmental Research Letters, n. 9, 2014.

GLOOR, M. R. J. W.; BRIENEN, R. J.; GALBRAITH, D.; FELDPAUSCH, T. R.; SCHONGART, J.; GUYOT, J. L.; PHILLIPS, O. L. Intensification of the Amazon hydrological cycle over the last two decades. Geophysical Research Letters, n. 40, p. 1729-1733, 2013.

LAPORTE, A. L.; FAZIO, D. Encantar a vida com finanças solidárias. Série Trilhas Educativas; Caderno 3. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017, 52 p.

MARENGO, J. A.; ALVES, L. M.; SOARES, W. R.; RODRIGUEZ, D. A.; CAMARGO, H.; RIVEROS, M. P.; PABLÓ, A. D. Two contrasting severe seasonal extremes in tropical South America in 2012: flood in Amazonia and drought in northeast Brazil. Journal of Climate, n. 26, p: 9137- 9154, 2013.

SOUSA, W. L. de; et al. Panorama da seca em Santarém no Baixo Amazonas, Pará. Org: Sociedade para a Pesquisa e Proteção do Meio Ambiente, SAPOPEMA. Santarém, Pará: 2023. Disponível em: <https://www.sapopema.org/relatorios>.

ZEMG, N.; YOON, J. H.; MARENGO, J. A.; SUBRAMANIAM, A.; NOBRE, C. A.; MARIOTTI, A.; NEELIN, J. D. Causes and impacts of the 2005 Amazon drought. Environmental Research Letters, n. 3, 2008.

ZIMMERMANN, A. Guia de facilitação remota: soluções inovadoras para desafios públicos / Andrea Zimmermann. -- Brasília: Enap, 2021. Disponível em:<https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/6711/1/miolo_2021_web.pdf>

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista Aplicado aos Coordenadores da Secretaria Municipal de Saúde de Tabatinga-AM

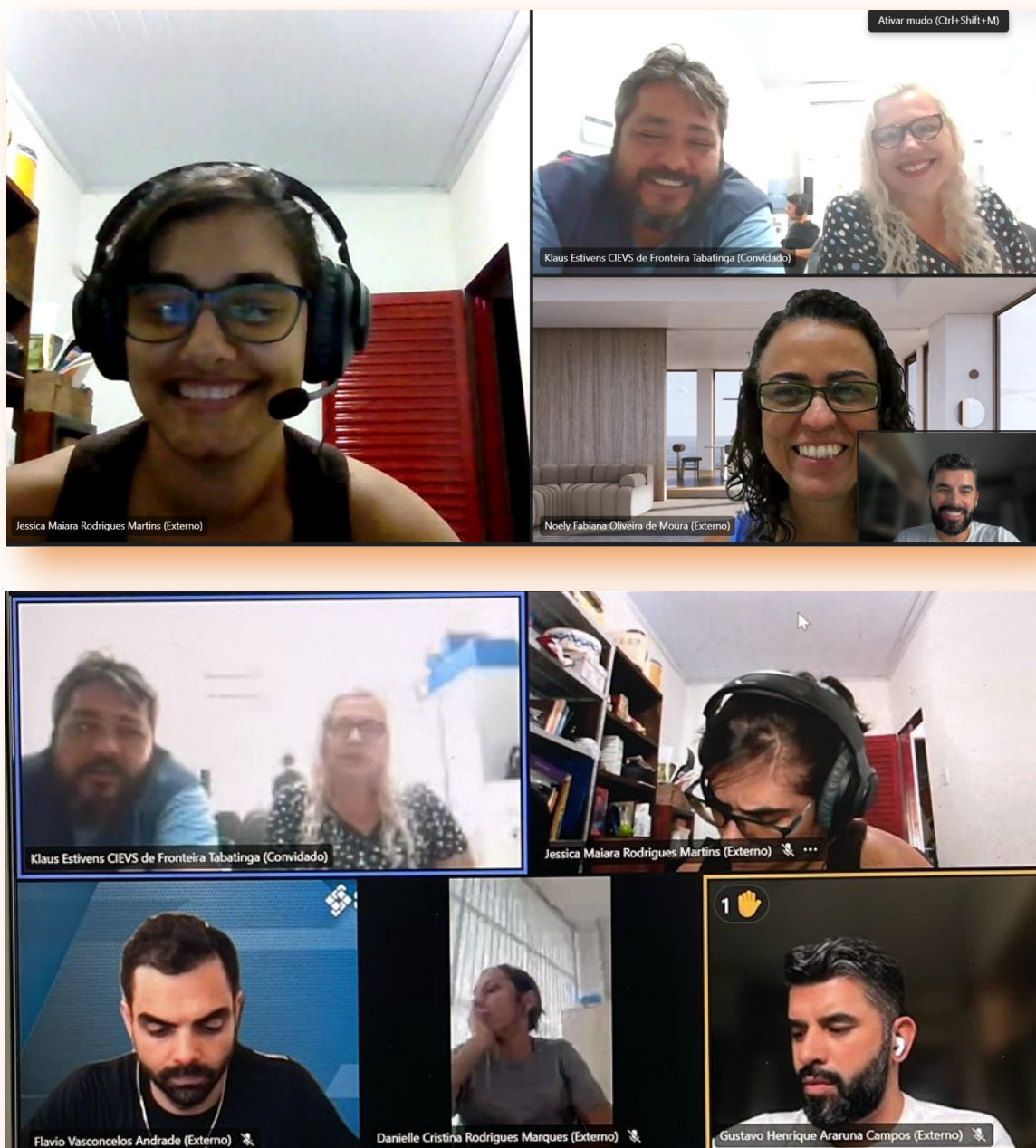
1. Quais são os problemas de saúde mais comuns relacionados a esta estiagem que estão sendo identificados?
2. Há troca de informações entre os municípios mais afetados? E os estados mais afetados, saberia dizer se estão trocando informações e compartilhando soluções e se há alguma experiência integrada?
3. Há Plano de Comunicação ou estratégia de comunicação com a população afetada?
4. Quais ações você tem ciência que foram desenvolvidas pelo município/estado e governo federal?
5. Essas ações estão correlacionadas com os principais problemas de saúde identificados?
6. Foi instalado um gabinete de crise integrado entre governo estadual, municípios e governo federal? Você saberia dizer se contempla outros setores além da saúde?
7. Comunidade/população ribeirinha afetada pela seca (Como a comunidade/população ribeirinha de Tabatinga estão sendo afetados pela seca? Quais os maiores impactos que vocês visualizam?
8. Sociedade civil envolvida? Empresas? (Vocês percebem a atuação da sociedade civil e de empresas privadas no auxílio à comunidade? De que forma?)
9. Plano de mitigação futura - intervenções? (Vocês têm conhecimento sobre planos de mitigação para ocorrências futuras de estiagem? O que estaria sendo feito para que episódios futuros não causem os mesmos problemas vistos atualmente?)

APÊNDICE B - Transcrição da entrevista realizada com profissionais do Centro de Informações Estratégica da Saúde - Secretaria Municipal de Tabatinga

Realização da Entrevista

Data: 21/11/2023 | Início: 16:30 Término: 18:30

Atores institucionais: Fabiana (Enfermeira e Coordenadora do Cievs de Tabatinga) e Cláudio Salazar (Klaus) (Coordenador de Vigilância e Saúde de Tabatinga)



OBSERVAÇÃO: Não foi possível realizar a gravação integral da entrevista, porém, os pontos mais relevantes foram abordados na transcrição abaixo. Para acesso à entrevista completa, segue link: [Entrevista Fabiana \(Centro de Informações Estratégica da Saúde - Secretaria Municipal - AM\)-20231121_163904-Gravação de Reunião.mp4](#)

Degração:

Noely: Através do Alan, né? E que ele é meu orientando aí do mestrado e do VIGILAB. E eu conversei um pouco com ele, porque a gente está nesse projeto, né? Do curso que a gente faz aqui, esse grupo no curso que a gente faz de liderança na Enap. E aí eu falei com você, que a gente tem um projeto de final de curso que a gente teve que elencar um problema. E dentro desse problema...

Nós vamos nos apresentar, mas só para vocês saberem: cada um aqui é de uma área diferente, né? De uma instituição diferente. A gente vai se apresentar para vocês entenderem. Então, a gente precisava de entrar em contato com alguém de alguma área que tivesse vivenciado a questão da seca Extrema aí do Rio Amazonas, né? Aí eu conversando com Alan, ele: “Ah, Noely, tem a Fabiana, tem o pessoal do CIEVS, pra ver se entra em contato com ela pra ver se vocês conseguem bater um papo, conversar um pouco”

Porque aqui a gente sabe... Eu sempre falo isso nas minhas aulas: uma coisa é você fazer políticas públicas sentado numa cadeira de ar-condicionado em Brasília. Eu, eu sempre conto essa mesma história para os meus alunos, porque eu dou aula no mestrado de políticas públicas em saúde. E outra coisa é a realidade do que vocês vivenciam, né? Então é totalmente diferente.

Então eu vou passar a palavra para os meus colegas, para eles se apresentarem, né? Então aí você vai conhecer um pouquinho de nós. Assim, cada um é de uma área diferente. Eu estou falando do celular porque eu estou em João Pessoa, num Congresso aqui que eu vim para cá para apresentar um trabalho. Então, às vezes a conexão vai cair aqui, mas estou ouvindo vocês. Vou passar aí para a Jéssica começar essa rodada de apresentação.

Jéssica: Obrigada, Noely! E de antemão, obrigada também, viu Fabiana e Klaus! Eu sou Jéssica Martins, sou da turma, junto com a Noely. Eu trabalho atualmente no Ministério da Agricultura, na Escola Nacional de Gestão Agropecuária. Então a gente não tem uma atuação tão direta, né? Hoje, no problema. Mas enquanto grupo, a gente considerou um dos problemas mais relevantes pra gente poder tratar nesse momento. Então, novamente, obrigada por aceitar o convite para conversar com a gente. Aí passo para o Gustavo.

Gustavo: Estou tentando aqui melhorar o som, mas não deu certo. Eu sou Gustavo Campos, eu trabalho no Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Não tem tanta relação também com o tema, né? Faço parte aí do LideraGov com o pessoal. Mas de fato, quando a gente estava discutindo sobre problemas e a gente teve uma orientação de ter um foco na sociedade, né? E eu acho que a gente considerou o problema da estiagem, seus impactos, como o principal problema social que está sendo vivenciado agora, no Brasil.

Flávio: Boa tarde, pessoal. Eu sou Flávio. Eu trabalho na Susep. É o órgão regulador de seguros, então talvez mais distante ainda. Muito embora a gente conversando, a gente sempre surge as coisas. Então surgiu ali a questão do seguro defesa, né? É que a gente vê sendo aplicado agora nesse momento aí em algumas regiões. E agradecer a vocês de antemão, aí também pela participação. A gente até teve uma ampla discussão dentro do grupo, né? Que o ideal seria ouvir a própria comunidade. Só que a gente... Até por ser um trabalho acadêmico, é uma coisa que a gente tá desenvolvendo... Ainda que colham, deem frutos no futuro, a gente não sentiu no direito de chegar a um cidadão para fazer um trabalho acadêmico com todo o sofrimento que ele vem tendo, né? Então, para a gente é muito importante ouvir vocês para a gente ter um pouco mais essa percepção aí de quem está perto da população, de quem está atuando aí é na linha de frente. Então, só agradecer aí a contribuição de vocês desde já.

Daniella: Olá, pessoal, vocês estão ouvindo? O meu nome é Daniella Rodrigues. Eu estou no Sertão da Paraíba. Então é um problema público extremamente relevante, né? A questão da seca na região Norte. Eu vivenciei um pouquinho a questão da seca aqui na minha região também. A gente sabe um pouquinho do que é, eu sei um pouquinho do que é a seca, mas a partir de outro contexto. Primeiro, eu quero agradecer a vocês por se disponibilizarem a estar aqui com a gente, porque é muito importante a gente ouvir quem de fato está vivenciando essa realidade. Então, obrigada, pessoal.

Noely: Tá, você sabe que o que eu ia pedir, assim, antes da gente passar pra Fabiana e o Klaus? Eu não sei, Jéssica se tu poderias ou Gustavo, Flávio, Dani. É só contar um pouquinho do curso. Assim, o que que a gente faz? Por que esse trabalho? Enquanto eu

estou tentando abrir meu notebook aqui para poder falar melhor com vocês.

Jéssica: Mas não seria bom a gente finalizar só a rodada de apresentação? Pra gente também conhecer um pouquinho deles. Aí antes das perguntas, a gente fala sobre o curso, pode ser? É só pra não quebrar a apresentação.

Klaus: Boa tarde, pessoal, é bem diversificado aí, né? Eu vi pelas apresentações. O meu nome, é Cláudio Salazar, eu sou biólogo, né? Sou especialista em Vigilância em Saúde pela Fiocruz. E estou como coordenador de Vigilância em Saúde do município de Tabatinga, Amazonas.

Fabiana: E eu Fabiana, né, enfermeira? Estou aqui no município há 20 anos, né? Sou do interior de São Paulo, mas moro aqui já há 20 anos. Então eu já me considero uma tabatinguense praticamente, né? E estou na coordenação do CIEVS, né? É, já trabalhei aqui em área indígena, em área não indígena, vigilância epidemiológica, vigilância em saúde. E estou há 2 anos à frente do CIEVS. E à disposição aqui muito feliz aí, pelo convite de vocês e o que a gente puder estar esclarecendo, estar falando aí com vocês, a gente está à disposição. Eu convidei o Klaus, inclusive porque, como os diversos setores da vigilância em saúde que estão à frente dessas das ações, né? Então, é de suma importância que ele participe. Ele também é apoiador aqui do CIEVS, né? Porque assim, diante de tudo o que aconteceu, a vigilância foi imprescindível. Zoonoses, endemias, PNI, vigilância epidemiológica. Toda a frente da vigilância estava e está presente nas ações que estão ocorrendo até o momento do combate. Nós estivemos primeiro no planejamento, e agora nas ações que estão acontecendo no momento.

Jéssica: Maravilha!

(...)
8:29

Jéssica: Beleza! Conforme a Noely pediu, só para contextualizar o porquê desse curso, né? Então, assim, uma das reclamações frequentes que a gente tem no serviço público – eu acho que em todas as esferas – é a questão da descontinuidade. Muitas vezes, né? E a da falta de qualificação dos líderes que tomam posse desses cargos de alta liderança e que vão tocar as políticas, né? No país, nos municípios, nos estados. Então, a partir de muita discussão, a Enap desenvolveu um programa de formação de líderes. Eles fizeram uma turma piloto, a 3 edições atrás, né? Só com o Ministério da Economia e desde a edição passada eles abriram para outros órgãos e agora a gente está na terceira edição desse programa, que é um programa de formação de liderança dentro do serviço público e envolve servidores de todo o país, né? Tanto é que o nosso grupo aqui a gente escolheu... Tem bastante gente do, da mais da área

Nordeste, tem eu e Gustavo aqui de Brasília. Noely aqui também. Mas é um grupo bem diversificado e que inclusive amplia, né? A nossa visão, inclusive sobre gestão, sobre política pública, sobre Brasil. E aí esse curso é dividido em 3 módulos, no primeiro módulo a gente trabalhou muito essa questão da autoliderança, de como se autoliderar. O segundo módulo foi voltado pra gestão de equipes e agora a gente tá justamente trabalhando em instituições. Trabalhar a política pública, mesmo a instituição, trabalhar conflitos e esses problemas multifacetados, das políticas públicas. E quando a gente começou a estudar o tema da questão da estiagem, a gente viu que a complexidade lá em cima, porque envolve “um milhão” de áreas: a saúde, com certeza, e envolve meio ambiente, educação, transporte, saneamento, tudo... Então a gente até teve uma dificuldade no início. Do tipo: “que recorte a gente vai fazer desse problema tão complexo?”. Porque qualquer recorte parecia limitar muito o problema. Mas também ficar numa coisa muito geral, a gente não consegue agir, então a gente acabou optando por fazer um escopo voltado pro Baixo Amazonas, mas a gente não conseguiu contacto com o pessoal de lá. Então a gente estava assim:” precisamos muito de contato de alguém que esteja trabalhando na realidade, do que tá acontecendo mesmo”. Porque o que a gente só vê na mídia não cobre, e às vezes só fala de determinadas partes. Então (...) fica muito nebuloso (...) alguns aspectos e aí a gente fez até uma lista de dúvidas que a gente fez para poder conversar com vocês e aí eu não sei se alguém quer complementar também. Se vocês também queriam tirar alguma dúvida antes da gente passar para a Entrevista em si. Gustavo, se quer falar alguma coisa, Noely...

Noely: Então, eu só queria perguntar para eles, vocês conhecem a Enap, a escola? A Escola Nacional de Administração Pública?

Fabiana: Não.

Klaus: Não Noely. A gente é mais voltado para a área de saúde mesmo. Fiocruz, Fiotec, OPAS...

Noely: Eu também, viu? A Enap eu conheci a pouco tempo também. Eu conheci a Enap a pouquíssimo tempo, também. E foi mais por conta desse curso que eles têm de liderança, né? Para a gestão federal. Mas assim, a Enap envolve vários cursos que são voltados para servidores, né? Da gestão federal, às vezes para gestão estadual, municipal. Mas eles envolvem mais é esse público. Por isso que você vê aqui todo mundo aqui é de uma área diferente, é dentro do serviço público federal. Então esse curso faz parte de uma formação de líderes, né? Futuros líderes, né? É, eu sempre falo: que legal, a gente poder ter oportunidade de estar formando líderes, conhecendo problemas que são realmente a realidade do país, a realidade de quem está no município, de quem sofre

problemas específicos. Então, é a nossa oportunidade agora aqui como futuros líderes, seja de gestor aqui, quem sabe tem futuros ministros e ministras aqui dentro desse curso, presidente né? Quem sabe presidente. Então é legal porque traz a realidade e é isso que a gente quer saber. A gente faz até um passo a passo né, Jéssica?

Jéssica: Sim. Então, assim, vocês colocaram que são da área da saúde e a saúde tá tendo uma atuação muito forte, né? Inclusive, a primeira matéria que a gente viu foi até a Noely, que compartilhou com a gente. Era do Ministério da Saúde, sobre quais ações estavam sendo tomadas, né? Frente a essa crise. A primeira pergunta que a gente teria a fazer é, quais os problemas de saúde mais comuns que vocês identificam na região que estão associados a estiagem nesse momento? Principalmente nesse momento mais extremo?

Fabiana: Posso falar. Doenças diarreicas, né? É comum as DDAs...

Jéssica: É, eu vou pedir só para vocês traduzirem alguns termos para gente, não sei o que que é...

Fabiana: DDA é doenças diarreicas. Agudas!

Noely: Isso as doenças diarreicas normalmente são problema por conta da água, né? Que a gente falou que a questão da água potável, né? A ausência de água potável na localidade. Então isso pode ocasionar.

Klaus: Ou utilização de água é de fonte não tratada, né? Riachos contaminados, é água da chuva contaminada. Às vezes que eles coletam em locais inapropriados, não higienizados.

Fabiana: Acidentes com animais peçonhentos também é comum. É nessa época.

Noely: Quais são os animais peçonhentos mais comuns aí pra eles também conhecerem?

Klaus: Mais comuns?

Fabiana: Mas comuns são serpentes, mas também tem arraia, tem escorpião, mas é pouco. Escorpião é bem pouco. É, qual é o outro? Aquele devagar.

Klaus: Lagartas.

Noely: Por que arraia?

Klaus: Porque o Rio está seco, né? Praia. Então, o rio tem uma extensão muito grande com pouca água. A pessoa pode atravessar o rio caminhando e é o ambiente da arraia. Ela fica na praia, né? Então em águas rasas. Então, a pessoa, ao caminhar, ao procurar a pesca alguma coisa, nas fontes de água, acaba se deparando com esse animal e sofrendo acidente. E ele tem um veneno, uma picada muito forte, causa muita dor, né? E por mais de 24 horas, a pessoa fica sentindo uma dor muito intensa, então é

um dos mais dos que mais acontecem. Mas o que acontece mais é com essa serpente.

Fabiana: É, serpente mesmo. As picadas de cobre, né? A tradicional é o que mais tem.

Klaus: E aí também associada à busca de fontes de água, né? Tanto os animais como os seres humanos na época de estiagem procuram as fontes de água e aí eles se encontram nesses caminhos e acaba acontecendo os acidentes.

Fabiana: É outra coisa que acontece, que que nós temos visto algumas arboviroses começa a aparecer. Apesar que ela aparece mais na época da enchente, né? Na época que tem muita chuva. Mas é mesma situação, porque quando tem aquelas pequenas quantidade de água, também pode ser. A transmissão vetorial também ocorre: Dengue, Zika, Chikungunya. Zika a gente não tem, mas dengue é o que mais acontece. Malária também, nós temos caso. E as respiratórias, doenças respiratórias também. A gente tem bastante, né? Nessa época aí tem pneumonia, né? Tem a infecção respiratória aguda tradicional. Agora está começando a aparecer alguns casos de COVID, né? Que a gente tinha eliminado, não estava tendo caso nenhum, mas agora está parecendo um ou outro caso de COVID. Mas o COVID não está na nessa área rural não. São mais as respiratórias mesmo. Pneumonia, é muito comum, principalmente nessa área rural, né? Porque a falta de tratamento aí vai acabar desenvolvendo mesmo aquela pneumonia. E a Noely quer fazer pergunta. Oi Noely.

Noely: Não, é só assim. Dentro dessa pergunta da Jéssica, a gente pensando nessa questão da estiagem que vocês passaram, porque acho que agora está começando a chover e as coisas estão melhorando, né?

Fabiana: Aham, sim, está enchendo.

Noely: Tá, então assim vamos pensando, fazendo um recorte do período da estiagem mais severa, né? Fazendo esse recorte. Dentre os problemas de saúde, vocês encontraram todas essas doenças, né? Que vocês relataram, e ainda está tendo resquícios dessas por conta da estiagem... Então, por exemplo, eu não sei se atingiu a localidade de vocês, mas a questão de incêndio que aí acarreta problemas respiratórios, né?

Fabiana: Sim.

Noely: Então foram consequências desse período todo? Todas essas doenças que vocês estão relatando?

Fabiana: Sim, com a estiagem, Noely, como teve a estiagem... O que que eles faziam aumenta os locais para eles estarem... Porque o rio geralmente é onde eles fazem... É tanto para trazer coisas quanto para

eliminar, então até algumas coisas de lixo, eles mandavam por lá. Como o rio está seco, limita o número de vezes que eles conseguem sair, isso os que ainda conseguem sair, né? Então vai ficando [o lixo]. O que que eles fazem é incêndio. Pega lá, junto um monte de coisa e taca fogo no lixo, né? Aqui, tanto na cidade quanto na área rural, a quantidade de fumaça... Agora diminuiu, agora começou a chover, porque antes não estava chovendo, então deu uma diminuída. Mas, assim, você andava na rua, era tudo branco. Onde você passava, era aquela fumaceira. E tem que ficar fechado dentro de casa. Então com a doença respiratória, isso é, é um pulinho, né? Ainda junta com essa situação, de falta, de higiene. Porque a pessoa você não consegue tomar banho todos os dias. O que eles fazem? A louça, eles lavam... O que que a Defesa Civil fez para eles lavarem a louça - em uma comunidade que eles conseguiram: o rio, ele era por exemplo, uma quantidade assim, né? Uma largura assim, mais ou menos do rio. Do rio, não, do Igarapé que tinha lá, foi secando, foi secando, secou, que ficou? Isso aqui vê se consegue visualizar uma coisa bem fininha. Eles pegaram, fizeram tipo uma represa, a Defesa Civil, e aí represava aquela água e aquela água voltou a crescer um pouco. Essa água ficava ali parada 3 a 4 dias, era onde eles lavavam a louça, tomavam banho, lavava roupa deles. Aí depois de 3, 4 dias eles iam lá, tiravam essa represa, abriam, a água ia embora de novo, aí ficava só aquela coisinha mínima de água, mandava a água embora e fechavam. E nesse dia que abria, ficava o dia inteiro sem água, né? Então, no outro dia, eles iam fechar para dali 2 dias estar com uma água mais represada, eles podendo estar fazendo as coisas. Então a higiene é muito precária, né? Não tem como eles estarem armazenando água, não está chovendo. Então as doenças, principalmente as diarreicas, vão lá para cima, porque o consumo de coisa suja. Porque não tem onde lavar louça, não tem como lavar a mão, né? Não tem como ter práticas de higiene saudáveis, então é complicado.

Klaus: E assim a gente teve... São 53 comunidades. 28 comunidades ficaram isoladas, sem acesso nenhum ao rio. E nessas comunidades, ficavam esses filetes de água. Em algumas ações em conjunto, a Defesa Civil implantou poços artesianos. Foram ações pautadas em algumas comunidades. Para dar um acesso a uma água de melhor qualidade para essa população. Foram algumas respostas que foram realizadas, mas nem todas a gente teve acesso pela dificuldade de logística. Então a gente teve que pedir suporte de helicóptero. Várias ações tiveram que ser alinhadas com o Exército, Aeronáutica, Marinha. A gente é um município de Fronteira, né? Então a gente tem o privilégio de ter todas as forças armadas implantadas no município, então a gente consegue solicitar esse apoio e geralmente eles trabalham em conjunto com a gente, né? Mas, assim, a gente fica

pensando nos outros municípios que não tem esse apoio, que não têm esse suporte. Então, as políticas públicas devem ser pensadas nesse, nesse sentido também, né? Outra peculiaridade também, que eu falei, é que a gente é um município de fronteira, então a gente enfrenta algumas questões e algumas peculiaridades do recurso que vem para ser gerido na área de saúde, dele também ser utilizado para atendimento dessa população. A gente tem mais ou menos, pelo IBGE, 68mil habitantes, mas com a projeção no município, a gente contabiliza que a gente chega quase 100mil, com essa população rotativa da área de fronteira. É tanto colombianos como peruanos. Por quê? Porque tanto no Peru como na Colômbia, o sistema de saúde deles é semiprivatizado. Então algumas pessoas têm acesso ao serviço e outras não. E no Brasil, como a saúde é universal, a gente não nega atendimento a ninguém. Então, todos eles que não têm acesso ao serviço de saúde dos países deles, se referenciam ao município de Tabatinga. Então isso gera um gasto de quase 20% do nosso orçamento com essa população que não é contabilizada no nosso IBGE. Sem falar que o município, ele é um polo regional de saúde, né? Ele é o polo regional de saúde do Alto Solimões, que são 9 municípios. A gente tem uma estrutura de média e alta complexidade melhor que os outros municípios. Entre aspas, né? Porque a gente tem semi-intensivo e tem leis de UTI. Então todos os municípios próximos referenciam os agravos e as doenças mais complexas pra Tabatinga e de Tabatinga, são referenciados pra capital. Então a gente, como o município de Fronteira e regional de saúde, a gente trabalha muito nessa questão de políticas públicas pra esse diferencial dos polos regionais de saúde e das áreas de fronteira. Que o recurso ele vem só pra população local, não vem para essas peculiaridades do da regional ou da zona de fronteira. Então é uma dificuldade que a gente enfrenta bastante aqui também. E eu achei interessante esse assunto para vocês aí, né? Que vão trabalhar as políticas públicas.

Gustavo: Klaus, eu não quis te interromper. Mas eu queria só... Você tinha comentado sobre essa intervenção no curso d'água, onde a lâmina estava reduzida para conseguir aumentar temporariamente e tal, é uma intervenção da Defesa Civil, né? E você também comentou sobre poços artesianos, também uma intervenção da Defesa Civil. Teve alguma outra ação para tratamento de água que tenha sido feito por algum outro ator? Ou basicamente foram (...) essas duas?

Klaus: A maioria das ações para tratamento de água, estão na responsabilidade da Defesa Civil e do DSEI [Distrito Sanitário Especial Indígena].

Fabiana: A [saúde] indígena. Eles têm o SESANI [Serviço de Edificações e Saneamento Ambiental Indígena], que é o setor de tratamento de saneamento

básico da área indígena. Então eles implantam aquele... Como é que é o nome daquele?

Klaus: Salta-Z, Projeto Salta-Z (Solução Alternativa de Tratamento de Água). E na rede municipal, nas não indígenas, que é pertencente ao município, também é implantado pela Defesa Civil o Salta-Z nas comunidades, que é uma estrutura de poço artesiano, com extração de água e filtros de purificação para essa água se tornar potável. E aí o projeto é implantar em todas as comunidades, para que numa nova estiagem, ou algum problema assim, não acarrete a falta de água potável nas comunidades ribeirinhas.

Gustavo: Acho que eu vou ser muito específico, talvez vocês não saibam, se não souberem, não tem problema. Essas ações, elas cobrem... Quantas comunidades estão sendo cobertas?

Klaus: Na última apresentação que eles fizeram pra gente, mais de 25 comunidades já estavam com a implantação desse projeto.

Gustavo: Eram sessenta e quantas comunidades? Desculpa Klaus...

Klaus: 53.

Gustavo: Aí você tinha comentado que 28 comunidades tinham ficado isoladas.

Fabiana: Totalmente isoladas.

Klaus: Totalmente, sem acesso.

Gustavo: O cruzamento entre esse número de 28 comunidades isoladas e essas 25 que estão dentro dos projetos, vocês não teriam, né?

Klaus: Não, eu não sei te dizer assim de cabeça. Mas dentre as que ficaram isoladas, eu sei te dizer que algumas foram beneficiadas com a implantação do poço artesiano e o SALTA-Z, para a filtragem dessa água. Eu só não sei te dizer a quantidade de comunidades que ficaram isoladas que receberam, mas essa informação a gente pode conseguir sim.

Gustavo: Esse projeto Salta Z. Ele é do âmbito estadual, federal?

Klaus: Na verdade, ele é da FUNASA. Eu acho que é federal.

Gustavo: Isso, obrigado. Tá ótimo, obrigado!

Klaus: Pode perguntar, Gustavo. Não, não se acanhe, não!

Gustavo: Não, eu acho que talvez, pelo tempo de vocês, talvez a gente possa avançar nas outras perguntas. Porque a gente tem algumas perguntas, e eu não quero aprofundar tanto ao ponto de atrapalhar a cobertura, sabe?

Klaus: Às ordens.

Jéssica: a minha também ia nesse sentido, se vocês.... Porque vocês estão vinculados à Fiocruz, né? Tem ações mais direcionadas da prefeitura local?

Fabiana: Nós não somos Fiocruz não.

Jéssica: Ah, então eu confundi!

Noely: Eles não são Fiocruz, são da Secretária Municipal da Saúde lá de Tabatinga.

Jéssica: Ah, beleza, desculpa. Eu confundi com a Noely...

Noely: Confundi comigo, porque eu sou professora e dei aula lá pro pessoal lá de Tabatinga.

Gustavo: Mas tem, tem alguém que está cedido, não está?

Fabiana e Klaus: Não.

Gustavo: Não, então vocês estão vinculados à Secretaria. Desculpa, então eu que fiz confusão também.

Fabiana: Mas o Klaus está como apoiador do CIEVS pela Opas.

Klaus: É, FIOTEC.

Fabiana: Vai ser pela Opas no próximo ano.

Gustavo: Fiotec. Tá bem. Quando vocês estavam discutindo sobre recurso. É aproveitando só essa pergunta, entendendo melhor agora que vocês são representantes da Secretaria Municipal, e os vínculos. Vocês comentaram dos recursos que eram destinados para os 68mil habitantes, então tem ali 32mil habitantes que são... Esses recursos são originários de ...

Klaus: Dos programas de saúde, da atenção básica. Porque, assim, o município é responsável pela atenção primária, né? E esses recursos vem pelo PAB fixo, PAB variável, e alguns outros vínculos que são repassados fundo a fundo. Com relação à média e alta complexidade e de responsabilidade do estado, no município de Tabatinga. Mas somos da prefeitura.

Gustavo: Então vocês entendem que, de certa maneira, nesse período específico também de estiagem, que talvez os fundos que aportam poderiam ter aumentado aí o volume de recursos para tentar trabalhar os problemas atípicos que apareceram ou em um volume maior atipicamente?

Klaus: Isso.

Fabiana: Não, mas já fez. Porque, assim, como nós já fizemos o planejamento, né pra estiagem. Então, é realizado todo um plano, né? Do que vamos precisar de medicamentos, né? Do que é que nós vamos precisar de recursos em geral pra fazer logística, a

gasolina, o combustível. Porque cada viagem que o barco vai para uma comunidade é uma quantidade absurda de gasolina.

Klaus: 5 mil litros.

Fabiana: Que é utilizado. Então tudo isso é colocado no plano e vem o recurso para isso, para fazer essas ações, né? Então, só que fora isso... Isso vem para o município de Tabatinga. O município de Tabatinga, a extensão dela é grande. Só que, como nós temos a fronteira. As pessoas do Peru que está passando pela mesma situação e que não tem nenhum recurso, eles recorrem a Tabatinga, né? As pessoas da Colômbia, eles têm o recurso. Só que, como o Klaus falou, ele é privatizado, né? O setor de saúde dele, principalmente, é praticamente privatizado. Então eles vêm para Tabatinga, né? Porque é universal, SUS. Então eles vêm pra cá. Então tudo eles, eles acabam vindo pra cá. Aqui acontecem várias coisas de os peruanos, por exemplo, querem que os filhos nasçam aqui, né? Então, isso já é uma outra coisa que foge do assunto aí. Mas, eles recorrem à Tabatinga. E nós fazemos um planejamento com base na nossa população, né?

Gustavo: Então é isso que eu ia perguntar.

Fabiana: Porque não adianta eu fazer um planejamento com uma população extra se não tem como eu, comprovar essa população. Não tem como eu falar que eu atendo 100 mil habitantes, que eu tenho uma população de 100 mil habitantes, mas quando você vai ver no IBGE é 68mil, né? Eu não posso dizer que eu tenho uma população de 100 [mil].

Gustavo: Então o impacto migratório, ele não consegue ser contabilizado no planejamento do atendimento? Há uma impossibilidade?

Klaus: Sim, a gente projeta. Mas assim, qual é a dificuldade, é que o recurso só vem para a população contabilizar no IBGE.

Fabiana: Então não vem!

Gustavo: mas então vocês contabilizam, mas não recebem o recurso que deveriam.

Klaus: Não recebe.

Gustavo: Eu estou insistindo nesse ponto, é essa peculiaridade, é uma peculiaridade mesmo.

Klaus: É uma peculiaridade de município de fronteira, que a gente acarreta, carregando a carga dos outros países, com serviços que não são prestados de forma gratuita. Então, isso cai sobre o município de fronteira, principalmente de países brasileiros, porque o nosso [sistema], a nossa saúde é universal. Então a gente tem a lei do SUS que fala: pisou em território brasileiro, está amparado com todos os serviços de saúde. Tanto é que a gente já

remanejou pacientes peruanos, colombianos, em estado grave. A gente já teve que transferir ele pra capital pra atendimento de média e alta complexidade. Então, isso acarreta a carga de gastos do município, e é uma coisa que não está prevista porque a gente não tem amparo financeiro para isso. Pela legislação, não tem o amparo financeiro. Então a gente tem essa dificuldade.

Jéssica: Eu queria fazer uma pergunta nesse sentido, complementando um pouco. Porque assim... Vocês já fazem uma projeção porque vocês já sabem que existe essa população volante, apesar do Ministério não mandar, 100%, porque ele se baseia na população local. Mas fora esse planejamento que vocês já fazem, e mesmo com essa projeção maior, vocês sentem que esse ano, mesmo com a projeção que vocês fizeram da estiagem, faltou recurso mais rápido ou não? Porque uma das coisas muito veiculadas é que a seca ela chegou antes do previsto e ela... o rio também secou muito mais do que antes da hora. Assim, então, isso impactou no planejamento de vocês também na execução das ações ou não?

Klaus: Impactou, de certa forma, Jéssica. Porque assim, por exemplo, alguns materiais, como medicamentos, insumos, hipoclorito, por exemplo – para purificar a água –, quando a gente chegou na estiagem bem severa, a gente tinha em pouco estoque, no município. Então a gente teve que fazer aquisição, teve que correr atrás de recurso, solicitar para o estado e assim, quando a gente solicita para o estado, tem uma demora. Tem um tempo de liberação desse material pro município. Então tem várias questões que influenciam. E aí a gente fica à mercê de ficar sem insumos pra trabalhar, numa ação adversa como a estiagem?

Jéssica: Vocês também entraram na lista de municípios em situação de emergência?

Klaus: Em estados de emergência, sim.

Jéssica: E mesmo assim demorava a chegada do recurso?

Klaus: Sim, sim, mesmo assim, demorou um pouco. Na verdade, a gente começou a receber agora algumas coisas, né? Alguns dos materiais.

Jéssica: agora que já está começando a chover. Entendi.

Fabiana: É porque a logística aqui também é via rio, né? Os medicamentos a gente recebe por barco. Se o rio tá seco, o barco demora mais pra vir, né? Então tudo isso atrapalhou.

Jéssica: Gustavo queria fazer outra pergunta. A Noely, agora.

Noely: é só para entender: tudo. em Tabatinga é via rio ou aéreo, é isso?

Fabiana: Isso.

Noely: E o aéreo é muito caro.

Klaus: Isso, tudo é via fluvial.

Fabiana: Ou aéreo.

Klaus: Aéreo: cargas pequenas.

Fabiana: E passageiro, né?

Klaus: É cargas pequenas. Mas em 95% de alimentação, combustível e medicamento, tudo é via fluvial.

Fabiana: Uhum.

Gustavo: Eu ia perguntar sobre a questão da redução de estoque que aconteceu um pouco mais intensa e, mesmo com a entrada em emergência, não cobriu tudo... Na ponta, nas comunidades, chegou a faltar, então, esses itens mais críticos de medicamento?

Klaus: Sim.

Fabiana: Hipoclorito.

Klaus: Na verdade, a gente trabalhou pra não deixar faltar, né? Então, o mínimo, o mínimo, a gente conseguiu garantir que tivessem viabilidade pra população. Mas, assim, não em grande quantidade como a gente acha o ideal, né? A gente conseguiu garantir os atendimentos, a distribuição de medicação, distribuição de hipoclorito para purificar a água. A gente desenvolveu várias ações, né? Da forma que deu para trabalhar e distribuir para todas as comunidades. Mas não chegou a zerar e faltar pra ninguém não.

Jéssica: E nesse período mais crítico, vocês chegaram a fazer parceria com outros municípios também? Para conseguir atender? Ou mais, vocês que atendem essa demanda de outros municípios?

Klaus: A parceria que a gente tem... A gente tem algumas parcerias com os municípios vizinhos: Benjamin, Atalaia, que são mais próximos. Aqui a gente faz algumas permutas de medicamento. Às vezes a gente tem alguma coisa a mais, a gente faz troca. Com a saúde indígena também, que a gente tem DSEI do Alto Solimões, em Tabatinga, né? Ele tem sede em Tabatinga. Ele é responsável por 9 municípios, mas a sede em Tabatinga. A gente também consegue viabilizar alguns materiais que a gente não tem através de permuta, troca ou empréstimo e depois a gente devolve.

Fabiana: E como Tabatinga é um município de referência, então eles enviam tudo pra cá. Tudo o que acontece, eles mandam pra cá. Lá é o básico do

básico, que eles atendem mesmo, né? O restante vem pra cá.

Klaus: Então é como a gente já tinha comentado no início, né? É polo regional de saúde, então as coisas mais graves são transferidas para Tabatinga.

Gustavo: Polo regional, ele cobriria mais ou menos quantos municípios?

Klaus: São 9 municípios. Mas, geralmente, não são todos que encaminham para cá.

Fabiana: Quem encaminha para cá é Atalaia do Norte, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença. Esses 3 municípios que encaminham pra cá.

Klaus: Encaminham com maior frequência.

Fabiana: Porque o restante já está... Não está mais perto de Manaus, né? Mas a diferença não é tão grande. Como para Manaus eles vão descer o Rio, ou seja, é mais rápido. Aqui é subindo o rio, então acaba sendo quase a mesma distância, então eles preferem referenciar algumas coisas direto pra Manaus, sim.

Jéssica: Eu só ia perguntar se em relação à iniciativa privada, se teve alguma mobilização da local, assim, de apoio. Ou com recurso, ou com fornecimento de água, alguma coisa. Se teve alguma parceria também privada nesse sentido ou não é, foi tudo mais público.

Fabiana: Cosama, que é do abastecimento de água. A gente, a gente trabalha junto com eles. A Defesa Civil, principalmente, trabalhou muito junto com ele. Porque a água é drenada do rio, né? Então, aqueles... eu não lembro o nome... aqueles tubões que colocaram lá no rio.

Klaus: Mangotes.

Fabiana: Mangote. Então quem ajudou muito foi a Defesa Civil, que ajudou a trabalhar com isso, porque eles não conseguiam. A Marinha também. Então tudo a gente acaba fazendo coisas conjuntas. Aqui nesse município a gente trabalha muito com parcerias, porque senão a gente não consegue fazer as coisas, né? Isso foi bem claro na COVID, que se não fosse todo mundo junto a gente... Porque a gente ficou ilhado, né? Não tinha mais barco, avião não tinha mais, então nossa, tínhamos que trabalhar todos juntos, né? E depois disso aí até que melhorou muito as coisas, né? Pra gente estar conseguindo fazer essas coisas juntos.

Gustavo: Você falou uma coisa muito interessante.

Klaus: Pode falar.

Gustavo: Desculpa, é só puxando esse gancho, e eu acho que você já vai também falar alguma coisa. Então vocês consideram que a experiência da pandemia do COVID ajudou no sentido de ter uma

experiência prévia que vocês tiveram que fazer um esforço conjunto e de integração de instituições. Então a gente poderia colocar isso como um trabalho em rede para situações emergenciais é como uma estratégia relevante.

Fabiana: É, foi criado pela prefeitura um gabinete. É o Gabinete de Gestão Integrada (GGI). Então, quando tem alguma coisa mais crítica, a gente aciona esse gabinete. Inclusive agora, na estiagem, foi acionado novamente esse Gabinete. Desse gabinete participam: as Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), Bombeiro, Defesa Civil, é Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação, DSEI (que é a Saúde Indígena), a Funai trabalha também, Câmara de Comércio (CDL) (que é o pessoal do comércio, pra saber se está vindo, como é que vai ser, se vai faltar comida, vai faltar gás).

Gustavo: Quem lidera o Gabinete?

Fabiana: O prefeito. Na verdade, é um representante do prefeito, não é o prefeito em si, né? A cadeira seria do prefeito, mas dessa vez quem ficou foi o Secretário de Defesa Civil, ele que ficou liderando. Na COVID foi o prefeito e nós, da saúde, que ficamos juntos é à frente. Então tudo depende do que é que tá acontecendo pra ver quem vai liderar. Mas geralmente é o prefeito ou alguém eleito pelo prefeito.

Gustavo: Obrigado.

Flávio: Deixa eu perguntar uma coisa a vocês, pessoal. A gente vem falando aqui de diversas ações que o município tem tomado, com as parcerias. Eu queria entender um pouco assim, da dificuldade de chegar no usuário final, né? Então, assim, vocês têm medicamento, vocês têm ali o hipoclorito, vocês conseguem o que eles estão precisando. Como é para fazer isso chegar lá no cidadão? Até porque vocês falam da dificuldade de acesso, né? Geralmente pelo rio, e o rio está sem fluxo. Se tem algum plano para isso. Como é que essa dificuldade? Se puderem contar um pouco sobre essa parte prática, mesmo, da entrega assim pro usuário final.

Klaus: Na parte prática, Flávio, a gente tem que trabalhar os planos de logística. Foi onde a gente pediu apoio e suporte para as forças armadas. Com transporte aéreo via helicóptero. Com alguma cesta básica, garrafão de água... Com a Marinha, a Força Aérea, com o Exército. Eles ajudaram nessa parte de logística e distribuição desse material. Por exemplo, a Marinha trouxe todas as cestas básicas e os garrafões de água de Manaus para Tabatinga, né? E chegando em Tabatinga, foi feito a distribuição desse material com a Defesa Civil, em conjunto com as Forças Armadas e o DSEI do Alto Solimões. Através de transporte aéreo nas comunidades mais isoladas.

Fabiana: O mais comum é via barco, eles vão de barco até onde conseguem. Depois disso, é caminhada mesmo. Com o apoio da comunidade, né? Eles vêm ajudar, quanto a isso não tem problema. Mas aonde vai, vai de barco. Tem algumas comunidades que chegaram a caminhar 3 horas, 4 horas, pra chegar com as coisas lá dentro da comunidade, né? Você imagina você carregar um garrafão de água, por exemplo, 3 horas, pra você fazer uma vacina...

Klaus: Na praia, no sol quente!

Flávio: É interessante. Não adianta você fazer chegar à informação pra eles, né? Que tá disponível. Você tem que chegar, tem que chegar com o produto lá, né? Porque a informação pra eles não vale muito. Ele fala assim, como é que eu vou buscar isso, né? Não tenho como buscar e aí uma outra pergunta, só nessa linha também, além da parte de entrega, de produtos, água, remédio (...) Vocês identificaram algum tipo de benefício do governo? Como assim, adiantamento do auxílio do Bolsa Família? O Seguro Defeso?

Klaus: Sim, foi adiantado o seguro defeso e foi adiantado o Bolsa Família. Só que assim eles, eles tiveram dificuldade da mesma forma!

Fabiana: De chegar aqui e buscar.

Klaus: A liberação é na sede do município, né? Então, assim, a mesma dificuldade que a gente teve de levar os produtos lá é a dificuldade que eles têm de sair da comunidade pra chegar no município. Então isso é superlotou a agência bancária. Porque é só a Caixa que libera, e a gente só tem uma agência. Então a gente também fez ação na caixa, né? Com distribuição de água com pessoal lá, fazendo atendimento de saúde, porque aglomerou. E como vocês sabem, não tá chovendo e a gente tá tendo ondas de calor muito grande, né? Então a gente organizou também umas ações lá na agência bancária.

Fabiana: Hoje, essa semana, por exemplo, eles estão recebendo uma outra parcela e a agência está lotada lá e está todo mundo lá. Está a Defesa Civil, está a Saúde.

Klaus: E a fila é quilométrica, a fila é gigante.

Fabiana: Sim, e se aglomeram muito. Aí vem a população indígena, né? E aí tem aquele negócio da prioridade com crianças no colo. Todo mundo tem criança no colo, né?

Klaus: Todo mundo está gestante.

Fabiana: Aí fica aquele monte de crianças pequenas naquele sol quente... A gente colocou, junto com uma parceria com a prefeitura e a Defesa Civil, uma tenda gigante.

Klaus: duas tendas, de 12 metros quadrados cada uma.

Fabiana: É na frente, lá para o pessoal poder ficar o máximo possível na sombra, mas a quantidade de gente é muito grande. Não tem como todos ficarem na sombra, né? Em algum momento vão ficar no sol, e é aquilo, a extensão é grande. Cadeiras, para eles ficarem sentados, mas é muita gente.

Gustavo: E a Caixa Federal, ela consegue aumentar o número de servidores temporariamente nesses momentos críticos ou realmente continua com a mesma quantidade, e você tem que se virar nos arredores?

Klaus e Fabiana: É a mesma quantidade.

Gustavo: Então, do ponto de vista aí do operador do benefício social que está sendo concedido nesse período de maneira diferenciada, a Caixa Econômica talvez não tenha se adequadado à situação de...

Klaus: De um plano de contingência... É verdade.

Gustavo: Não houve então, né?

Klaus: Não houve. E isso vem desde a pandemia, tá? Porque assim, na pandemia, com o auxílio que era liberado para a população, era a mesma situação.

Fabiana: E na pandemia não podia ter aglomeração de jeito nenhum e mesmo assim aglomerava.

Klaus: E mesmo assim aglomerava. E a gente chamava de fila da COVID, né? Porque quando a gente ia fazer uma investigação do caso, todos eles relatavam que tinham ficado na fila lá para receber o benefício. Então era um gargalo muito grande que a gente tinha ali. Essas filas para receber os benefícios na Caixa. A Daniele está querendo fazer uma pergunta. Daniele pode fazer.

Jéssica: É que ela tá sem áudio. Aí ela falou que é a dúvida dela é se o gabinete de gestão integrada já chegou a pensar em estratégias pra diminuir a dificuldade de acesso aos valores do benefício. E será que alguém fica sem atendimento na caixa, por conta dessas dificuldades?

Klaus: Não.

Jéssica: Então é isso: se esse gabinete que vocês têm que ele é acionado, se ele já pensou em alguma estratégia pra resolução disso

Gustavo: a Caixa faz parte do gabinete?

Fabiana e Klaus: Não.

Gustavo: Não faz... Esse é um ponto importante.

Fabiana: Na pandemia já participou, o gerente geral. Ele participou com a gente. A gente até conversou com ele sobre como podia fazer em relação às filas. Na pandemia, tinha um circo aqui, que o circo

chegou aqui e dois dias depois, a cidade ficou em lockdown, né? Então o circo não pôde trabalhar e nem ir embora, porque os barcos também não estavam mais funcionando. Então ele teve que ficar parado aqui na cidade. Então o circo ajudou bastante tanto com as tendas quanto com os carros deles, que era para fazer a propaganda do circo, aquela coisa toda. Eles ajudaram muita gente com relação à Caixa Econômica. Até teve mais tendas, né? Porque tinha as tendas do circo também, que foi colocado lá para ter uma distância maior. Eles ajudaram também a gente nessa parte na pandemia, mas agora não. Agora o circo já foi embora.

Klaus: Então, é porque assim, na reunião que a gente teve era justamente com o pessoal da Caixa no GGI, na pandemia, era para diminuir as filas, era para evitar aquela aglomeração. Se tinha como eles aumentarem o número de caixas, disponibilizando recursos. Se tinha como cadastrar as pessoas para sacar no caixa eletrônico ao invés de ficar na fila. Então, houve várias tratativas com eles e com relação a isso. E eles informaram que não, porque o benefício tinha todo um protocolo para ser sacado, que ele era uma conta eletrônica digital. Ela não era uma conta física, então tinha que passar por esse processo e entrar lá dentro da agência. Eles não tinham quantitativo de funcionários para aumentar o número de caixas dentro da unidade bancária, então eles tinham que trabalhar com o material humano que eles têm. Foi o que nos foi informado, durante a pandemia. Eu acho que continua a mesma dificuldade, né? Que é um número muito reduzido de profissionais trabalhando dentro da unidade bancária. Porque assim, eles têm 5 caixas, 5 guichês dentro da agência. Mas só funciona 2.

Gustavo: Então mesmo nesse período específico, não teve aumento?

Klaus: Mesmo assim.

Gustavo: Nenhum remanejamento.

Fabiana: Gustavo, é assim, é que eles têm uma quantidade fixa de funcionário, né? Eles não vão remanejar os funcionários de outra agência, pra eu vir pra cá. E as pessoas não querem vir para cá, também tem isso, né? Tem muita gente que não quer vir pra cá. Aqui, querendo ou não, é uma cidade isolada. É tudo longe, tudo é difícil pra você chegar. Como você sabe, não tem estrada. Ou é avião ou é barco. As passagens aéreas pra cá são caríssimas. De Manaus pra cá, eu gasto mais do que de Manaus pra São Paulo, ida e volta 3 vezes, pra ir daqui pra Manaus, que é a capital, é muito caro.

Klaus: A passagem média é R\$2.500,00. É muito caro! De Tabatinga pra Manaus.

Gustavo: Só um trecho?

Klaus: Só um trecho, só um trecho.

Fabiana: dependendo de quando você for comprar essa faixa, né? Então essas pessoas não querem vir. Tem família longe, né? Então tem todo um...

Klaus: Uma dificuldade.

Fabiana: Uma coisa pra eles estarem vindo, então eles não vão vir. O concurso público que a pessoa vem assume ali a cadeirinha ali, dali a pouco, quando pode fazer a transferência, vai embora e não tem quem queira vir substituir, né? Tem isso também.

Klaus: E aí vai diminuindo quase de funcionários.

Noely: É porque assim, é muito instigante quando a gente não conhece o local e a gente fica longe, só vendo pela mídia, né? Vendo pelo relato de vocês...

Fabiana: tentando imaginar, né?

Noely: Tentando imaginar! Porque realmente (...) eu não consigo visualizar isso muito próximo de mim, da gente aqui. O que você contou, por exemplo, da Caixa Econômica, ela é relativa dos outros municípios também? Que vocês conhecem dessa região de vocês? Isso é visto em todos os demais?

Fabiana: É a Caixa Econômica, só tem aqui. Nos outros municípios tem a lotérica, na verdade. Que a situação ainda é pior.

Klaus: é uma agência bem menor e com menos funcionário ainda.

Fabiana: Então é a realidade do interior todo, não só daqui do Amazonas, é do país todo. Porque a gente vê isso em outros locais também. Nas cidades pequenas acontece isso. Só que aqui tem essa peculiaridade de como você chegar... Do acesso que é via fluvial, né?

Klaus: E sem falar que Atalaia e Benjamin, que são os mais próximos, eles não têm agência da Caixa, então muitos deles também vêm receber aqui, em Tabatinga, os benefícios.

Noely: Aí esses municípios que vocês relataram, todos para se deslocar para Tabatinga, que é o centro, é tudo fluvial, certo?

Fabiana: Barco, só barco.

Noely: Então, com a estiagem tinha até dificuldade de chegar até aí, né? Para poder receber esses recursos.

Klaus: E mais caro a passagem. Porque assim, por exemplo, Tabatinga para Benjamin, quando o rio está cheio, geralmente demora 25 minutos de lancha. De lancha rápida. Quando o rio seca, que feche a passagem, é a viagem, demora quase 1 hora e 40 minutos, quase que dobra o tempo.

Fabiana: Mais do que dobra.

Klaus: É! Aí o custo vai lá para cima. Normalmente é R\$ 40,00. Durante a estiagem passa pra R\$ 75 – R\$80. Até R\$ 100,00 já chegou.

Noely: Só um trecho ou ida e volta?

Fabiana: Só um trecho, só um trecho. Aí as pessoas que estudam aqui, que vem de lá e estudam aqui, pra ficar indo e voltando, né? Por exemplo, o Iphan, eles têm a lancha deles para trazer os alunos, né? A UEA (Universidade Estadual do Amazonas) não, a UEA, tem a casa do estudante. Mas também tem a lancha da UEA, de Benjamin. Mas, se você está num estudo particular, por exemplo, você gasta horrores, pra ficar indo e voltando. E sem contar do tempo que leva, né? Que é um é bem distante. E isso que é o município mais próximo, que é Benjamin. Atalaia, tirando isso, ainda tem mais um bom...

Klaus: 30 minutos de estrada

Fabiana: E estrada é na buraqueira, na lama, né? Então é complicado também. Em São Paulo de Oliveira, são 4 horas daqui pra lá, isso que é descendo o rio, na seca, sobe pra umas 5, 6 horas. Porque tá mais seco eles têm que ficar de olho nos bancos, então não pode ir tão rápido, nos bancos de areia que estão no meio do rio. Então é essa a realidade.

Jéssica: Eu queria tirar uma dúvida, rapidinha: e agência do correio tem aí também?

Fabiana: Tem.

Jéssica: Porque tem algumas coisas que eles conseguem sacar no correio, né? Mas o bolsa família não?

Klaus e Fabiana: Não.

Fabiana: Aqui não saca mais nada no correio.

Gustavo: Nem o seguro defeso, né?

Fabiana: Não, nada. Não saca mais nada.

Gustavo: Deixa eu fazer outra pergunta também, de recorte. Vocês têm mapeadas as comunidades de pescadores da região?

Klaus: Sim. Todas as comunidades...

Gustavo: E são quantas:

Klaus: Todas as comunidades na zona ribeirinha, na beira do rio, todas são de pescadores, todas, todas.

Gustavo: E qual é o número de comunidades, mais ou menos? Eles se identificam como comunidade de pescadores? Como é que é isso?

Klaus: Todas se identificam todas, todas. Não tem nenhuma delas que não se identifique. Eles são pescadores e agricultores. Em todas você vai achar

pescadores e agricultores. Até nas terrestres. Que a gente tem uma área que é até de comunidades terrestres, né, que tem acesso por estrada dentro do município.

Fabiana: Mas eles se declaram. Por exemplo, a mulher, quando vai ter um filho, ela já se declara agricultora. Se você colocar do lar é uma briga muito grande. Porque senão ela não vai receber o benefício dela. Que também é o indígena como agricultor e recebe uma quantidade, um valor lá por filho lá que nasce, né? Então, eu, quando trabalhei em área indígena, com uma primeira DNV que eu preenchi, eu coloquei lá do lar e aí foi uma confusão, porque tinha ido trocar a DNV porque ela não ia receber o benefício tal. Então tem isso também.

Klaus: Mas todas as comunidades são agricultores e pescadores.

Gustavo: Vocês têm noção do número?

Klaus: De pessoas?

Gustavo: não, de comunidades, eu ia perguntar.

Klaus: São 53.

Gustavo: Ah, então bate com o número de comunidades.

Klaus: Sim, sim, porque todos se consideram como pescadores e agricultores. Em todas as comunidades têm pescadores e agricultores.

Flávio: Klaus, deixa eu fazer uma pergunta prática aqui, já pensando nas nossas soluções que a gente vai ter que desenvolver para o trabalho. Como é que é o acesso, por exemplo, de sinal de internet nessas comunidades, principalmente quem mora mais longe?

Klaus: Em todas as comunidades a gente tem escolas implantadas pela prefeitura, escolas municipais. E todas as escolas têm um ponto de internet ou via satélite ou Starlink. E essa internet, ela tem um Wi-Fi gratuito distribuído para a comunidade, então todas elas têm acesso. A gente consegue é se comunicar com eles, falar. E nas indígenas, tem os polos bases indígenas que têm acesso à internet via Starlink, via satélite também. Então a gente... Com o aparecimento da Starlink aqui na nossa região, isso melhorou bastante. Nas comunidades de difícil acesso, nas mais, mais isoladas, geralmente eles têm um ponto de internet, conseguem se comunicar. Fora isso, eles ainda têm uma rede de telefonia via orelhão, que foi implantada há muito tempo e muitas das comunidades têm esse orelhão ainda funcionando.

Flávio: É porque eu imagino que às vezes a internet chega, mas as famílias tenham dificuldade de elas acessarem a internet. Não é nem a questão da rede.

A rede está disponível, mas às vezes você tem dificuldade da própria família.

Fabiana: Mas tem lideranças.

Klaus: Tem as lideranças, os professores.

Flávio: A minha ideia é justamente pensando no poder público chegar lá, aproveitar a internet lá, né? A gente vai pensar aqui.

Klaus: Sim, mas por exemplo, quando tem um surto em uma comunidade, ou o professor se comunica com a gente informando, “olha, tá tendo doença”. O ACS (Agente Comunitário de Saúde) também entra em contato informando. Muitas vezes, o próprio cacique ou (...) da comunidade também entra em contato informando.

Fabiana: O AIS, que é o Agente Indígena de Saúde também. Então a gente tem várias fontes de informação, no aparecimento de alguma doença ou episódios, né? Morte de animais.

Jéssica: E uma dúvida rápida, antes da minha outra dúvida: a starlink funciona bem aí? Porque eu tenho um colega que trabalha numa comunidade dos Panará, no Mato Grosso, e a Starlink não funciona bem lá. Mas aí pra você está funcionando bem?

Klaus: Funciona muito bem, é muito bom o sinal aqui.

Jéssica: Que bom! Outra dúvida que eu tenho é justamente nisso, acho se a gente pensasse num plano de comunicação com essas pessoas, sobre a questão dos benefícios e tal, o que vocês consideram, na realidade aí, que seria mais efetivo como canal de comunicação? Porque a gente estava, por exemplo, pesquisando o município lá de Santarém. E o pessoal da ONG de lá tem muitas cartilhas e tudo. Mas a gente estava até discutindo no nosso último encontro, que às vezes as pessoas não usam nem e-mail, nem mensagem de texto em WhatsApp, por conta da dificuldade de leitura, e muitas vezes elas usam áudio de WhatsApp. Mas como chegar políticas através de um áudio de WhatsApp? Então, como é que vocês lidam com essa questão da comunicação? Até pra orientação de saúde também. Como consumir? Conscientização?

Klaus: Rádio.

Jéssica: Rádio. Ainda são muito fortes as rádios.... Rádios comunitárias, ou rádios oficiais? Como é que é?

Klaus: Rádio oficiais.

Fabiana: A Rádio Nacional ajuda muito a gente, aqui.

Klaus: Rádio Nacional do Alto Solimões. Vira e mexe a gente está dando entrevista sobre doenças, tirando dúvidas, né? Até a população mesmo manda

perguntas falando sobre essa sintomatologia de doenças. Sobre como ter acesso ao serviço de saúde. Quando procurar assistência médica. Onde são os pontos de assistência médica dentro do município. A gente passa, eu acho que o ano todo indo na rádio dar entrevista sobre isso. E tem muita participação na comunidade rural. Eu acho que é o maior meio de comunicação, de informação que eles recebem é através da rádio. Através da rádio que eles vão sabendo o que é que está acontecendo. Vão se informando sobre as doenças. Vão se informando também sobre os atendimentos na agência bancária.

Fabiana: Na área indígena, nem todo mundo tem o rádio, né? Então ainda tem mais essa. As lideranças têm o rádio, né? E aí dali eles passam no boca de ferro, né, que são os alto-falantes que estão distribuídos na comunidade. E aí eles falam na língua deles, né? O Ticuna, né, que é a língua materna deles.

Klaus: É, no boca de ferro.

Fabiana: Aí eles transmitem através do boca de ferro o que eles ouviram na rádio. Do jeito deles, claro, né! Que nem toda a informação chega, né? Aquele coisa...

Klaus: não chega 100%,

Fabiana: você fala ABC, chega só o A, às vezes, né? Mas é assim que faz.

Jéssica: Maravilha, que eu nem imaginava. Olha só, a gente tá tão distante que o rádio já não é a principal fonte de comunicação, né?

Gustavo: Isso já mudou aqui, minha cabeça total! Bem legal.

Noely: Mas a rádio, ela é uma fonte de comunicação pra repassar informação, mas se a comunidade tem dúvidas específicas, aí é a questão do celular, rede e usa o áudio. É isso também?

Klaus: Tem. Eles mandam a pergunta no WhatsApp pra rádio no celular para a rádio. A rádio libera o número, eles têm um número, e a maioria desses números que são das rádios. A maioria das pessoas que mandam pergunta, que estão conversando com eles, são das comunidades.

Fabiana: E a maioria já são alfabetizados, já sabem escrever também, né? Alguma coisa, pelo menos eles sabem, né?

Klaus: É aquilo que eu falei, nós temos escolas em todas as comunidades.

Fabiana: Às vezes a mãe não sabe escrever, mas pede para o filho que está ali do lado para escrever por ela, né? Não sai com aquele...

Klaus: Não sai 100%.

Jéssica: Eu perguntei justamente por que eu moro numa área rural e isso acontece aqui. Às vezes eu mando texto e aí a pessoa vai pedir pra filha ler e pra filha me responder, mas se eu mandar áudio, ela me responde. E isso aqui em Brasília.

Klaus: Aí ela manda: "Manda áudio que eu não sei ler". Eu já recebi muita coisa assim.

Fabiana: E isso aqui a Danielle falou tá certíssimo, a mensagem tem que ser a mais clara possível. É isso mesmo Danielle.

Gustavo: Eu ia fazer uma pergunta sobre monitoramento do medicamento, vocês utilizam? Qual tipo de canal para fazer esse monitoramento? Vocês vão in loco, vocês recebem por algum canal? Sei lá, por um grupo de WhatsApp, não sei qual a maneira que vocês conseguem fazer esse...

Fabiana: Monitoramento do que, das doenças?

Gustavo: Não, dos medicamentos que estão na comunidade, né? Das prateleiras, digamos assim.

Klaus: Na verdade a gente tem uma UBS fluvial, que ela tem uma equipe multiprofissional que acompanha os pacientes da zona rural. Então ela faz viagens de 20 dias em área e 15 dias ela fica na sede do município. Então ela fica fazendo viagens durante o ano e acompanhando. E dentro da UBS fluvial tem uma farmácia de distribuição de medicamento gratuito. Então, geralmente ela fica um ou 2 dias em cada comunidade durante a viagem dela, né? E vai fazendo os atendimentos médicos de enfermagem, de odontologia e vai fazendo a distribuição dos medicamentos, dependendo da prescrição médica ou do odontólogo, né? Dentro da unidade fluvial também tem um laboratório, um minilaboratório de análises clínicas. Onde faz exames de fezes, urina e hematológicos. Então essa UBS fluvial faz todo esse copilado, tanto de distribuição, como de trazer a demanda de necessidade das comunidades ribeirinhas.

Gustavo: Essas comunidades não têm estoques, então?

Klaus: Não, não tem estoques.

Gustavo: Na minha cabeça por conta da matéria do...

Klaus: Dentro das comunidades, eles têm 3 polos que são de referência, né? O polo base de Sapotal, que é uma unidade de saúde fixa, que é um posto lá da saúde indígena. Tem o polo base de Belém de Solimões. E qual é o outro? São 3, né? Maria Sul 1 e Maria Sul 2, né? São 4.

Fabiana: Bananal também tinha um, foi desativado.

Klaus: foi desativado. São 4, é o Maria Sul 1, Maria Sul 2, Sapotal e Belém do Solimões. Esses são polos bases de saúde. Eles são do DSEI, eles ficam fixos. Eles são lá nas comunidades e eles também têm a farmácia, dispensação de medicamentos. Só que eles são de âmbito do DSEI, da saúde indígena, mas eles atendem qualquer pessoa que chegar necessitando de atendimento médico e de liberação de medicamentos.

Gustavo: A pergunta teve mais a ver, talvez com o efeito da matéria do Profissão Repórter, porque numa comunidade que eles visitaram a comunidade tinha, então aquilo ficou assim, cara, eu nunca tinha visto isso. E aí aquilo ficou na minha cabeça, do tipo isso é comum? E aí eu fiz a pergunta também para entender.

Klaus: Não. A gente achou meio estranho. Eu também achei muito estranho. Eu vi essa reportagem. Porque, assim, você vai deixar medicamento lá para pessoas que não têm instrução? Como é que eles vão utilizar de forma indiscriminada?

Fabiana: Então, agora eu vou aproveitar e vou falar da minha experiência com a área indígena. Na área indígena, antigamente, passava aqueles navios da marinha fazendo atendimento médico. E lá eles orientavam uma pessoa, um líder da comunidade. “Se a pessoa está com dor de barriga, dá isso aqui. Se a pessoa está com ferida, dá esse aqui”. Eles ensinavam algumas coisas para eles usarem e eles faziam isso. E alguns agentes de saúde, agente indígena, principalmente de saúde, né? Os AIS, eles ainda praticam esse tipo de coisa, mesmo não tendo. Eles vão até o polo base, né? Na farmácia e diz que precisa daquela medicação que alguém vai tomar, e eles acabam liberando aquela medicação pra eles. Para ele distribuir naquela área dele, que é a mais distante que a equipe de saúde, não costuma ir muito pra lá, entendeu? Então tem aqueles doutores, né? Que não são formados em nada, mas tem a experiência que adquiriram. Muitas vezes acabam fazendo algumas coisas erradas, que eu tinha... Tinha alguns momentos que eu tinha até algumas discussões com eles, porque eles colocavam, por exemplo, o pó da sufa na ferida, né? Que eles aprenderam que aquilo lá e os [inaudível] da ferida. O próprio pó da medicação. E então tem algumas outras coisas que a gente acabava discutindo que eles aprendem. “Não, eu aprendi isso, eu faço isso há muitos anos e é assim que eu vou fazer”. Então tem esses doutores que eles têm esses plásticos de medicação, né? Que eles conseguem, não sei onde, não sei como ainda. Mas não é prática nem da SESAI, que a SESAI não costuma fazer isso porque a ela também tem equipe completa nos polos básicos. E nem do município, das UBS pluvial. O que o agente de saúde não indígena tem no kit dele é

sair de reidratação, né? Que é pra causa, diarreia. É isso que eles costumam ter. O paracetamol pra febre. E o Hipoclorito, só. Não antibiótico, nem essas coisas. Eles usavam sulfa, eles tinham. Você chegava na casa dele, ainda tinha um arsenal de medicamento lá, o que precisasse ele estava lá pronto pra passar, né? Mas não é uma prática comum. E os que ainda têm é porque ainda tem essa resistência passada. Mas não é comum.

Klaus: não é uma prática não.